

RENATA VALERA

CADERNO DE CPTÉ

PROF. MAURO IASI

FDSBC

1º DD

2008

**TEXTOS DO
3º BIMESTRE**

KARL MARX

O Capital

Crítica da Economia Política

Volume I

Livro Primeiro

O Processo de Produção do Capital

Tomo I

(Prefácios e Capítulos I a XII)

Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe



NOVA CULTURAL

1988

Renata S. Valera

ADD

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marx, Karl, 1818-1883.

O capital : crítica da economia política / Karl Marx ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. — 3. ed. — São Paulo : Nova Cultural, 1988.
(Os economistas)

Conteúdo: v. 1. t. 1-2 O processo de produção do capital — v. 2. O processo de circulação do capital — v. 3. t. 1-2 O processo global da produção capitalista / editado por Friedrich Engels.

ISBN 85-13-00063-9

1. Capital (Economia) 2. Economia I. Engels, Friedrich, 1820-1895. IV. Título. V. Série.

CDD-335.412

-330

-332.041

411

Índices para catálogo sistemático:

1. Capital : Conceitos marxistas 335.412
2. Capital : Economia 332.041
3. Economia política 330
4. Marx, Karl, 1818-1883 : Conceitos econômicos 335.412

CAPÍTULO I

A Mercadoria

1. Os dois fatores da mercadoria: Valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma "imensa coleção de mercadorias",¹ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa.² Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.³ Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.⁴ Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não

¹ MARX, Karl, *Zur Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin, 1959, p. 3.

² "Devido à incluída necessidade, é o apetito do espírito e não natural como a fome para o corpo (...), a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito." (BARBON, Nicholas, *A Discourse on Coining the New Money Lighter*. In *Answer to Mr. Locke's Considerations etc.* Londres, 1696, p. 2-3.)

³ "Coisas têm uma intensiva virtude", isto para Barbon é a específica designação para valor de uso: "que é igual em todos os pontos, assim como a do ímã de atrair o ferro" (*op. cit.*, p. 6). A propriedade do ímã de atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética.

⁴ "O worth natural de cada coisa consiste em sua aptidão para satisfazer as necessidades ou servir às comodidades da vida humana." (LOCKE, John, *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest* 1691). In: *Works*. Edt. Londres, 1777, v. II, p. 28.) No século XVII encontramos ainda, com frequência, nos escritores ingleses, *worth* para valor de uso e *value* para valor de troca, totalmente no espírito de um idioma que gosta de expressar as coisas direitas com um termo germânico, e as coisas refletidas com um termo românico.

existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc., é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custia ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina: própria, a merceologia.⁵ O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam⁶ contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imamente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*.⁷ Observemos a coisa mais de perto.

Determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca, ao invés de um único. Porém, sendo x de graxa, assim como y de seda ou z de ouro, o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, x de graxa, y de seda, z de ouro etc. têm de ser valores de troca mutuáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a "forma de manifestação" de um conteúdo dele distinguível.

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = a quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em a quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser reduzível a essa terceira.

Um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas tem-se⁸ que decompor-las em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível — a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias.

⁵ Na sociedade burguesa domina a *fictio juris*, que cada pessoa, como comprador, possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

⁶ "O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro." (L. TROUSNE. "De l'Intrinsèque Social" in: *Physiocrates*, Ed. Daire, Paris, 1846, p. 889.)

⁷ "Nada pode ter um valor de troca intrínseco." (BARBON, N. Op. cit., p. 6), ou, como diz Butler: "O valor de uma coisa é justamente tanto quanto ela renda..."

⁸ Modificação de um citodo da epopéia Hudibras de Samuel Butler. Parte Segunda. Canto I. (N. da Ed. Alemã.)

nias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada. Ou como diz o velho Barbon:

"Uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. Pois não existe nenhuma diferença ou distinção entre coisas de valor de troca igual."⁹

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstrairmos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma.

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da "substância constituidora do valor", o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçosos

⁹ "One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value. (...) One hundred pounds worth of lead or iron, is of as great a value as one hundred pounds worth of silver and gold." (BARBON, N. Op. cit., p. 53 e 7.)

¹⁰ "... 100 libras esterlinas de chumbo ou ferro têm o mesmo valor que 100 libras esterlinas de ouro ou prata." (N. dos T.)

ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, tanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. Na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior.

É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.⁹ A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie.¹⁰ Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.

"Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado."¹¹

A grandeza de valor de uma mercadoria permanece portanto constante, caso permanesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. Assim, por exemplo, o mesmo quantum de trabalho em condições climáticas favoráveis, se representa em 8 bushels de trigo, em condições climáticas desfavoráveis, em somente 4. A mesma quantidade de trabalho fornece mais metais em minas ricas do que em minas pobres etc. Diamantes aparecem muito raramente na crosta terrestre; encontrá-los custa, portanto, em média, muito tempo de trabalho.

⁹ Nota à 2.^a edição. "The value of them (the necessities of life) when they are exchanged the one for another, is regulated by the quantity of labour necessarily required and commonly taken in producing them." "O valor de objetos de uso, do logo eles são trocados entre si, é determinado pelo quantum de trabalho necessariamente exigido e habitualmente usado para sua produção." [Some Thoughts on the Interest of Money in General, and Particularly in the Public Funds etc. Londres, p. 36-37]. Esse notável escrito anônimo do século passado não traz data. De seu conteúdo diz-se: "entretanto, que ele apareceu sob Jorge II, por volta de 1739 ou 1740."

¹⁰ "Todos os produtos da mesma espécie formam propriamente apenas uma massa, cujo preço é determinado de forma geral e sem consideração às situações especiais." (LE TROSNE, Op. cit., p. 893.)

¹¹ MARX, K. Op. cit., p. 6.

Em consequência representam, em pouco volume, muito trabalho. Jacob duvida que o ouro tenha alguma vez pago seu valor total.¹² Com maior razão, vale isso para o diamante. Segundo Eschwege, em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo quantum de trabalho representaria em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos. Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.²

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produz o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do diário para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do diário se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.)¹³ Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor.

2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo duplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expressão no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim.¹⁴ Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto.

Tomemos duas mercadorias, digamos um casaco e 10 varas de linho. Que a primeira tenha o dobro do valor da última, de modo que, se 10 varas de linho = W, o casaco = 2W.

¹² Nota à 4.^a edição. Eu introduzo o trecho entre chaves porque sua omissão tem frequentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor. — F. E.

¹³ Op. cit., p. 12-13 et passim.

¹⁴ JACOB, William. *An Historical Inquiry into the Production and Consumption of the Precious Metals*. Londres, 1831. (N da Ed. Alemã.)

² Na 1.^a edição segue: "Conhecemos agora a substância do valor. É o trabalho. Conhecemos sua medida de grandeza. É o tempo de trabalho. Sua forma, que justamente cubra o valor ao qual ele se refere, resta ainda para analisar. Antes, porém, é necessário desenvolver mais de perto as determinações já encontradas (N da Ed. Alemã.)"

O casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-lo, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.

Como casaco e linho são valores de uso qualitativamente diferentes, assim os trabalhos aos quais devem sua existência são também qualitativamente diferentes — o trabalho de alfaiataria e o de tecelagem. Se aquelas coisas não fossem valores de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de nenhum modo, confrontar-se como mercadorias. Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. Na antiga comunidade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não se realiza mediante a troca, pelos trabalhadores, de seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias.

Viu-se, portanto: o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contêm trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho.

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco, a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Os valores de uso casaco, linho etc., enfim, os corpos das mercadorias, são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto

é, apenas mudando as formas das matérias.¹³ Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.³⁷

Passemos, agora, da mercadoria, enquanto objeto de uso, para o valor-mercadoria.

Segundo nosso suposto, o casaco tem o dobro do valor do linho. Isto é, porém, só uma diferença quantitativa que por agora não nos interessa ainda. Recordemos, por isso, que, se um casaco vale duas vezes mais que 10 varas de linho, 20 varas de linho têm a mesma grandeza de valor de um casaco. Enquanto valores, casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho. Mas a alfaiataria e a tecelagem são trabalhos qualitativamente diferentes. Existem, entretanto, circunstâncias sociais em que a mesma pessoa, alternadamente, costura e tece. Esses dois modos diferentes de trabalho são, por isso, apenas modificações do trabalho do mesmo indivíduo, e ainda não funções fixas, específicas de indivíduos diferentes, assim como o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças que ele faz amanhã somente pressupõem variações do mesmo trabalho individual. A evidência ensina ainda que em nossa sociedade capitalista, conforme a mutável orientação da procura de trabalho, dada porção do trabalho humano deverá ser alternadamente oferecida ora sob a forma de alfaiataria, ora sob a forma de tecelagem. Essa variação da forma do trabalho pode não transcorrer sem atritos, mas ela tem de ocorrer. Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de dispender força humana de trabalho. Contudo, para poder ser dispêndio dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo. Assim como na sociedade burguesa um general ou banqueiro desempenha um grande papel, enquanto o homem simples, ao contrário, desempenha um papel ordinário,¹⁴ assim é também aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Embora o próprio trabalho médio simples mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém determinado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples. Que

13 "Todas as manifestações do universo, sejam elas causadas pela mão do homem ou pelas leis gerais da Física não são realmente novas criações, apenas para e simplesmente uma transformação da matéria. Associação e dissociação são os únicos elementos que o espírito humano encontra sempre de novo ao analisar a ideia da reprodução, e do mesmo modo comporta-se com a reprodução do valor (valor de uso, apesar de que aqui Verri, em sua polémica contra os fisiocratas, não sabe ao certo de que espécie de valor ele fala) e da riqueza, quando terra, ar e água transformam-se em cereais, não sabe os campos ou também quando pela mão do homem a secreção de um inseto transforma-se em seda, ou algumas partes de metal ordenam-se para formarem um relógio de repetição." (VERRI, Pietro, *Meditazioni sulla Economia Politica*. Impresso primevo em 1771, na edição dos economistas italianos, de Custodi. Parte Moderna, v. XV, p. 21-22.)

14 Ver HEGEL, *Philosophie des Rechts*, Berlin, 1940, p. 250, § 190.

³⁷ *Filosofia do Direito*

³⁷ PETTY, W. *A Treatise of Taxes and Contributions*. Londres, 1667, p. 47. (N. da Ed. Alemã.)

de dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. Nós precisamos agora voltar a essa forma de manifestação do valor.

Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro. Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro.

A relação mais simples de valor é evidentemente a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria de tipo diferente, não importa qual ela seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, por isso, a expressão mais simples de valor para uma mercadoria.

A) Forma Simples, Singular ou Acidental de Valor

x mercadoria A = y mercadoria B, ou: x mercadoria A vale y mercadoria B.
(20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco.)

1) Os dois pólos da expressão de valor: forma relativa de valor e forma equivalente

O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade.

Duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente.

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. Eu não posso, por exemplo, expressar o valor do linho em linho. 20 varas de linho = 20 varas de linho não é nenhuma expressão de valor. A equação diz, ao contrário: 20 varas de linho são nada mais que 20 varas de linho, um quantum determinado do objeto de uso linho. O valor do linho pode assim ser expresso apenas relativamente, isto é, por meio de outra mercadoria. A forma relativa de valor do linho supõe, portanto, que alguma outra mercadoria a ela se oponha na forma equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se

em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria.

É verdade que a expressão 20 varas de linho = 1 casaco, ou 20 varas de linho valem 1 casaco, encerra também as relações contrárias: 1 casaco = 20 varas de linho, ou 1 casaco vale 20 varas de linho. Porém, assim preciso inverter a equação para poder expressar o valor relativo do casaco, é tão logo eu faço isso, torna-se o linho equivalente em vez do casaco. A mesma mercadoria não pode, portanto, aparecer, ao mesmo tempo, sob ambas as formas na mesma expressão de valor. Essas formas antes excluem-se polarmente.

Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor.

2) A forma relativa de valor

a) Conteúdo da forma relativa de valor

Para descobrir como a expressão simples do valor de uma mercadoria se esconde na relação de valor entre duas mercadorias, deve-se considerar essa relação, de início, totalmente independente de seu lado quantitativo. Proceda-se, na maioria das vezes, justamente ao contrário, e vê-se na relação de valor apenas a proporção na qual determinados quantos de duas espécies de mercadoria se equiparam. Perde-se de vista que as grandezas de coisas diferentes tornam-se quantitativamente comparáveis só depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade, são elas homônimas, por conseguinte, grandezas comensuráveis.¹⁷

Se 20 varas de linho = 1 casaco ou = 20 ou = x casacos, isto é, se dado quantum de linho vale muitos ou poucos casacos, cada uma dessas proporções implica sempre que linho e casaco, como grandezas de valor, sejam expressões da mesma unidade, coisas da mesma natureza. Linho = casaco é o fundamento da equação.

Mas as duas mercadorias quantitativamente equiparadas não desempenham o mesmo papel. Apenas o valor do linho é expresso. E como? Por meio de sua relação com o casaco como seu "equivalente", ou seu "permutável". Nessa relação, o casaco vale como forma de existência de valor, como coisa de valor, pois apenas como tal é o mesmo que o linho. Por outro lado, a própria existência do valor do linho vem à tona ou obtém uma expressão autônoma, pois somente como valor po- de o linho relacionar-se com o casaco como equivalente ou com ele permutável. Assim, o ácido butírico é um corpo diferente do formiato de propilo. Ambos, entretanto, são constituídos das mesmas substâncias químicas — carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O), combinadas na mesma percentagem, a saber, $C_4H_8O_2$. Se fossem equiparados ácido butírico e formiato de propilo, valeria nessa relação, primeiro, o formiato de propilo como simples forma de existência do $C_4H_8O_2$, e segundo, o formiato de propilo como simples forma de existência de $C_4H_8O_2$. Pela equiparação, seria dito que o ácido butírico compõe-se também de $C_4H_8O_2$. Pela equiparação do formiato de propilo com o ácido butírico seria expressa portanto sua substância química em contraste com sua forma corpórea.

¹⁷ Os poucos economistas que, como S. Bailey, se ocuparam com a análise da forma de valor não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro porque confundem forma de valor e valor, segundo porque eles, sob a influência crua do burguesismo prático, de início, consideravam exclusivamente a determinação quantitativa. "A disposição sobre a quantidade () faz o valor." (Money and its Vicissitudes, Londres, 1337, p. 11.) Autor S. Bailey.

Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria.

Ao equiparar-se, por exemplo, o casaco, como coisa de valor, ao linho, é equiparado o trabalho inserido no primeiro com o trabalho contido neste último. Na verdade, a alfaiataria que faz o casaco é uma espécie de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Porém, a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, a seu caráter comum de trabalho humano. Indiretamente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato. Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral.¹⁷

Não basta, porém, expressar o caráter específico do trabalho em que consiste o valor do linho. A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma "objetividade" concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria. A tarefa já está resolvida.

Na relação de valor do linho vale o casaco como seu igual em qualidade, como coisa da mesma natureza, porque é um valor. Ele vale aqui, portanto, como coisa, na qual aparece valor ou a qual em sua forma natural palpável representa valor. Na verdade, o casaco, o corpo da mercadoria casaco, é um mero valor de uso. Um casaco expressa tão pouco valor quanto qualquer peça de linho. Isso comprova apenas que ele significa mais dentro da relação de valor com o linho que fora dela, assim como algumas pessoas significam mais dentro de um casaco com gelatinas que fora dele.

Na produção do casaco foi realmente despendida força de trabalho humana, sob a forma de alfaiataria. É, portanto, trabalho humano nele acumulado. Por esse lado, é o casaco "portador de valor", ainda que essa sua propriedade não se veja mesmo através de sua forma mais pura. E na relação de valor do linho ele vale apenas segundo esse lado, portanto como valor corporificado, como corpo de valor. Apesar de sua aparição abotoada, o linho reconheceu nele a bela alma de valor de origem comum. O casaco, em relação ao linho, não pode representar valor, sem que para este o valor assuma simultaneamente a forma de um casaco. Assim, o indivíduo A não pode comportar-se para o indivíduo B como uma majestade, sem que para A majestade assuma simultaneamente a forma corpórea de B e, portanto, que modifique feições, cabelos e várias outras características cada vez que muda o pai do povo.

Na relação de valor, na qual o casaco constitui o equivalente do linho, vale, portanto, a forma de casaco como forma de valor. O valor da mercadoria linho é

¹⁷ Nota à 2.ª edição. Um dos primeiros economistas que após William Petty enfocou a natureza do valor, o famoso Franklin, diz: "Uma vez que o comércio nada mais é que a troca de um trabalho por outro, o valor de todas as coisas será avaliado mais justamente em trabalho". (*The Works of B. Franklin* etc. Edit. por Sparks, Boston, 1836, v. II, p. 267.) Ao avaliar o valor de todas as coisas "em trabalho", Franklin não está consciente de que abstrai a diversidade dos trabalhos trocados — e assim os reduz a trabalho humano igual. Diz contudo o que não sabe. Ele fala primeiro de "um trabalho", depois de "outro trabalho", e finalmente de "trabalho", sem outra qualificação, como substância do valor de todas as coisas.

assim expresso no corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra. Como valor de uso é o linho uma coisa fisicamente diferente do casaco, como valor é algo igual ao casaco e parece, portanto, como um casaco. Assim, o linho recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. Sua existência de valor aparece em sua igualdade com o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus.

Vê-se, tudo que nos disse antes a análise do valor das mercadorias, diz-nos o linho logo que entra em relação com outra mercadoria, o casaco. Só que ele revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias. Para dizer que o seu próprio valor foi gerado pelo trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que ele lhe equivale, portanto é valor, compõe-se do mesmo trabalho que o linho. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entrelaçado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor, iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro. Diga-se de passagem que a linguagem das mercadorias, além do hebraico, possui também muitos outros idiomas, mais ou menos corretos. A palavra alemã *Wertsein* (valer) expressa, por exemplo, com menos acerto que o verbo romano *valere*, *valer*, *valoir*, que a equiparação da mercadoria B com A é a própria expressão de valor da mercadoria A. *Paris vaut bien une messe*.¹⁸

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B torna-se a forma de valor da mercadoria A ou o corpo da mercadoria B o espelho do valor da mercadoria A.¹⁹ Ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria A torna o valor de uso de B material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria A, assim expresso no valor de uso da mercadoria B, possui a forma do valor relativo.

b) Determinação quantitativa da forma de valor relativa

Toda mercadoria, cujo valor deve ser expresso, é um objeto de uso em dado quantum, 15 arrobas de trigo, 100 libras de café etc. Esse dado quantum de mercadoria contém determinado quantum de trabalho humano. A forma de valor tem de expressar não só valor em geral, mas também valor determinado quantitativamente, ou grandeza de valor. Na relação de valor da mercadoria A com a mercadoria B, do linho com o casaco, é equiparado não apenas qualitativamente ao linho a espécie de mercadoria casaco como corpo de valor em geral, mas determinado quantum de linho, por exemplo 20 varas, equipara-se a determinado quantum do corpo de valor ou equivalente, por exemplo 1 casaco.

A equação: "20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco" pressupõe que 1 casaco contém tanta substância de valor quanto 20 varas de linho, que ambas as quantidades de mercadorias custam assim o mesmo trabalho ou igual quantidade de tempo de trabalho. O tempo de trabalho necessário para a produção de 20 varas de linho ou 1 casaco altera-se, porém, com cada alteração na força produtiva da tecelagem ou da alfaiataria. A influência de tais mudan-

¹⁸ Em certa forma, sucede ao homem como a mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem com um ilário fictício: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro e o mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulina, como forma de manifestação do gênero humano.

¹⁹ "Paris vale bem uma missa", teria dito Henrique IV em 1593 quando de sua conversão ao catolicismo, em favor de uma política nacional. (N. da Ed. Alemã.)

ças sobre a expressão relativa da grandeza de valor deve agora ser examinada mais de perto.

I. Que mude o valor do linho,¹⁹ enquanto o valor do casaco permanece constante. Se o tempo de trabalho necessário para a produção do linho dobra, talvez em consequência de crescente infertilidade do solo em que se produz o linho, então duplica seu valor. Em vez de 20 varas de linho = 1 casaco, teríamos 20 varas de linho = 2 casacos, pois 1 casaco contém agora apenas metade do tempo de trabalho das 20 varas de linho. Ao contrário, se diminui à metade o tempo de trabalho necessário para a produção do linho em consequência, por exemplo, da melhoria dos teares, cai também o valor do linho pela metade. Consequentemente, agora: 20 varas de linho = 1/2 casaco. O valor relativo da mercadoria A, isto é, seu valor expresso na mercadoria B, sobe e cai, portanto, diretamente com o valor da mercadoria A, enquanto permanece o mesmo o valor da mercadoria B.

II. Que valor do linho permaneça constante, enquanto muda o valor do casaco. Duplica, sob essas circunstâncias, o tempo de trabalho necessário para a produção do casaco, eventualmente, em consequência de uma tosquia desfavorável, então temos em vez de 20 varas de linho = 1 casaco, agora: 20 varas de linho = 1/2 casaco. Se, ao contrário, o valor do casaco cai à metade, então 20 varas de linho = 2 casacos. Permanecendo constante o valor da mercadoria A, cai ou sobe, portanto, seu valor relativo expresso na mercadoria B, em relação inversa à mudança de valor de B.

Ao se compararem os diferentes casos, sob I e II, resulta que a mesma mudança de grandeza do valor relativo pode provir de causas totalmente opostas. Assim 20 varas de linho = 1 casaco se transforma em: 1) a equação 20 varas de linho = 2 casacos, ou porque o valor do linho duplica-se, ou porque o valor dos casacos cai à metade; e 2) a equação 20 varas de linho = 1/2 casaco, ou porque o valor do linho cai à metade ou porque o valor do casaco sobe ao dobro.

III. As quantidades de trabalho necessárias para a produção de linho e casaco podem variar simultaneamente, na mesma direção e na mesma proporção. Nesse caso, depois como antes, 20 varas de linho = 1 casaco, quaisquer que sejam as mudanças de seus valores. Descobre-se sua mudança de valor tão logo se as comparamos com uma terceira mercadoria, cujo valor permaneceu constante. Subissem ou caíssem os valores de todas as mercadorias simultaneamente e na mesma proporção, então seus valores relativos permaneceriam imutáveis. Sua real mudança de valor seria inferida do fato de que no mesmo tempo de trabalho seria agora fornecido, em geral, um quantum maior ou menor de mercadorias do que antes.

IV. Os tempos de trabalho necessários à produção de linho e casaco, respectivamente, e, portanto, seus valores, podem variar simultaneamente, na mesma direção, porém em grau diferente, ou em direção contrária etc. A influência de todas as possíveis espécies de combinações sobre o valor relativo de uma mercadoria obtém-se pela simples aplicação dos casos I, II e III.

As mudanças reais na grandeza de valor não se refletem, nem clara nem completamente, em sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo. O valor relativo de uma mercadoria pode mudar, apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar de mudar seu valor e, final-

¹⁹ A expressão "valor", como já ocorreu anteriormente algumas vezes, é usada aqui para valor quantitativamente determinado, portanto, para grandeza de valor.

mente, não necessitam, de nenhuma forma, coincidir as mudanças simultâneas em sua grandeza de valor e na expressão relativa dessa grandeza.²⁰

3) A forma equivalente

Viu-se: ao expressar uma mercadoria A (o linho) seu valor no valor de uso de uma mercadoria diferente B (o casaco) imprime a esta última uma forma peculiar de valor, a de equivalente. A mercadoria linho traz sua própria qualidade de ter valor à luz, pelo fato de que o casaco, sem assumir uma forma de valor diferente de sua forma corpórea, se lhe equipara. O linho exprime assim, de fato, sua própria qualidade de ter valor na circunstância de que o casaco é com ele diretamente permutável. A forma equivalente de uma mercadoria é consequentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria.

Quando uma espécie de mercadoria, como casaco, serve de equivalente a outra espécie de mercadoria, como linho, e por conseguinte casacos receberam a propriedade característica de se encontrarem em forma permutável direta com o linho, não é dada, de nenhuma maneira, a proporção na qual o linho e o casaco são trocáveis. Ela depende da grandeza de valor dos casacos, já que a grandeza de valor do linho é dada. Se se expressa o casaco como equivalente e o linho como valor relativo, ou ao contrário, o linho como equivalente e o casaco como valor relativo, sua grandeza de valor permanece, depois como antes, determinada pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, portanto, independente de sua forma de valor. Tão logo, porém, a espécie de mercadoria casaco assume na expressão de valor o lugar de equivalente, sua grandeza de valor não adquire nenhuma expressão como grandeza de valor. Ela figura na equação de valor muito mais apenas como determinado quantum de uma coisa.

Por exemplo: 40 varas "valem" — o quê? 2 casacos. Como a espécie de mercadoria casaco desempenha aqui o papel de equivalente, o valor de uso em face do linho como corpo de valor, basta também determinado quantum de casacos para expressar determinado quantum de valor de linho. Dois casacos podem expressar, portanto, a grandeza de valor de 40 varas de linho, mas não podem nunca expressar, portanto, a grandeza de valor de 40 varas de linho e casacos. A interpretação sua própria grandeza de valor, a grandeza de valor de casacos, de valor superficial dessa realidade, que o equivalente sempre possui na equação de valor apenas a forma de simples quantum de uma coisa, de um valor de uso, induziu Bailey, como muitos de seus antecessores e sucessores, a ver na expressão de valor apenas uma relação quantitativa. Pelo contrário, a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor.

A primeira peculiaridade que chama a atenção quando se observa a forma equivalente é esta: o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor.

²⁰ Nota à 2.ª edição. Essa incongruência entre grandeza de valor e sua expressão relativa foi explorada com habitual sagacidade pela economia vulgar. Por exemplo: "Admita que A baixe, porque B, com o que é trocado, sobe, embora a ocasião não decresça o trabalho despendido em A, e seu princípio geral de valor cai por terra [...] Quando se admite que o valor de B cai relativamente ao de A, porque o valor de A sobe em relação ao de B, decide-se a base sobre a qual Ricardo estabelece sua grande proporção de que o valor de uma mercadoria é sempre determinado pelo quantum de trabalho nela incorporado, pois quando uma mudança nos custos de A altera não somente seu próprio valor em relação a B, com o que se troca, mas também o valor de B relativamente ao de A, se o ter ocorrido nenhuma mudança no quantum de trabalho requerido para a produção de B, então cai por terra não apenas a doutrina que assegura que a quantidade de trabalho despendida em um artigo regula seu valor, mas também a doutrina que assegura que os custos de produção de um artigo regulam seu valor". (BROADBENT, J. Political Economy. Londres, 1842, p. 11.14.)

O senhor Broadbent poderia também dizer: Considere-se as frações 10/20, 10/50, 10/100 etc. O número 10 permanece inalterado e apesar disso decresce constantemente sua grandeza proporcional, sua grandeza relativa aos denominadores 20, 50, 100, 100. Assim, cai por terra o grande princípio de que a grandeza de um número inteiro, como 10, por exemplo, é "regulada" por meio da quantidade de unidades nela contidas.

A forma natural da mercadoria torna-se forma de valor. Porém, *notabene*, esse quiproquó ocorre para uma mercadoria B (casaco ou trigo ou ferro etc.) apenas internamente à relação de valor, na qual outra mercadoria qualquer A (linho etc.) junta-se a ela, apenas no interior dessa relação. Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua própria pele a natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor.

Que nos ilustre isso o exemplo de uma medida que se aplica aos corpos de mercadorias como corpos de mercadorias, isto é, como valores de uso. Um pão de açúcar sendo corpo é pesado e tem, portanto, peso, porém não se pode ver ou sentir o peso de nenhum pão de açúcar. Tomemos então pedaços diferentes de ferro, cujo peso foi determinado antes. Considerada em si, a forma do ferro é tão pouco forma de manifestação do peso quanto a do pão de açúcar. Contudo, para expressar o pão de açúcar como peso, nós o colocamos numa relação de peso com o ferro. Nessa relação o ferro figura como um corpo, que nada representa além de peso. Quantidades de ferro servem, portanto, como medida de peso do açúcar e representam perante o corpo do açúcar mera figuração do peso, forma de manifestação de peso. O ferro desempenha esse papel apenas dentro dessa relação, na qual entra o açúcar ou qualquer outro corpo, cujo peso deve ser encontrado. Caso ambas as coisas não fossem pesadas, não poderiam entrar nessa relação, e um não poderia servir, portanto, de expressão do peso do outro. Lancemos ambos sobre uma balança, e veremos de fato que eles enquanto peso são o mesmo e, portanto, em proporção determinada, são do mesmo peso. Como medida de peso, o ferro representa em confronto com o pão de açúcar apenas peso, e assim, em nossa expressão de valor, o corpo do casaco representa em relação ao linho apenas valor.

Aqui termina, entretanto, a analogia. O ferro representa na expressão de peso do pão de açúcar uma propriedade natural comum a ambos os corpos, seu peso, enquanto o casaco representa na expressão de valor do linho uma propriedade social, a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social.

Expressando a forma relativa de valor de uma mercadoria, por exemplo do linho, sua qualidade de ter valor como algo inteiramente distinto de seu corpo e suas propriedades, por exemplo, como algo igual a um casaco, essa expressão mesma indica que nela se oculta uma relação social. Com a forma equivalente se dá o contrário. Ela consiste justamente em que um corpo de mercadoria, como o do casaco, tal qual ela é, expressa valor, possuindo portanto, por natureza, forma de valor. É verdade que isso vale apenas internamente à relação de valor, na qual a mercadoria linho está relacionada à mercadoria casaco enquanto equivalente.²¹ Como porém as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido. Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de economista político, tão logo essa se apresenta a ele, já pronta, sob a forma de dinheiro. Então, ele busca explicações que ponham de lado o caráter místico de ouro e prata, substituindo-os por mercadorias menos ofuscantes, e salmodiando, com sempre renovado prazer, o catálogo das mercadorias vulgares, que em outros tempos desempenharam o papel do equivalente de mercadorias. Ele não suspeita

²¹ Em geral, essas determinações reflexivas são muito peculiares. Esse homem, por exemplo, é rei apenas porque outros homens comportam-se como súditos frente a ele. Eles percam, ao contrário, que são súditos porque ele é rei.

que a mais simples expressão de valor, como 20 varas de linho = 1 casaco, já dá a solução do enigma da forma equivalente.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil. Esse trabalho concreto torna-se portanto expressão de trabalho humano abstrato. Se o casaco figura, por exemplo, como simples realização, então a alfaiataria, a qual nele realmente se realiza, vale como simples forma de realização do trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas, portanto também pessoas, mas sim em que ela faz um corpo em que é visível que é valor, por conseguinte, gelatina de trabalho, que em nada se diferencia do trabalho objetivado no valor do linho. Para fazer tal espelho do valor, é preciso que a alfaiataria mesma não reflita nada a não ser sua propriedade abstrata de ser trabalho humano.

Na forma de alfaiataria como na forma de tecelagem é despendida força de trabalho do homem. Ambas as atividades possuem, portanto, a propriedade geral do trabalho humano e, por conseguinte, em determinados casos, como, por exemplo, na produção de valor, podem ser consideradas somente sob esse ponto de vista. Tudo isso não é misterioso. Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa torna-se distorcida. Por exemplo, para expressar que a tecelagem, não em sua forma concreta como tecelagem, mas sim em sua propriedade geral como trabalho humano, gera o valor do linho, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma de realização palpável do trabalho humano abstrato.

É portanto uma segunda peculiaridade da forma equivalente que trabalho concreto se converta na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato.

Mas na medida em que esse trabalho concreto, a alfaiataria, funciona como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, possui ele a forma da igualdade com outro trabalho, o trabalho contido no linho, e é, portanto, ainda que trabalho privado, como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, por conseguinte, trabalho em forma diretamente social. Por isso mesmo, apresenta-se ele num produto que é diretamente trocável por outra mercadoria. É, portanto, uma terceira peculiaridade da forma equivalente que trabalho privado se converta na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social.

As duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por último tornam-se ainda mais palpáveis, quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma de valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles.

De início declara Aristóteles claramente que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer. Pois ele diz:

"5 almofadas = 1 casa"

("Κλίνας πέντε ἀντὶ οἰκίας").

"não se diferencia" de:

"5 almofadas = tanto dinheiro"

("Κλίνας πέντε ἀντὶ... ὅσου αὐτὸ πέντε κλίνας").

Ele reconhece, ademais, que a relação de valor, em que essa expressão de va-

lor está contida, condiciona por seu lado que a casa é equiparada qualitativamente à almofada e que essas coisas perceptivelmente diferentes, sem tal igualdade de essências, não poderiam ser relacionadas entre si, como grandezas comensuráveis.

"A troca": diz ele, "não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade" ("οὐκ ἔστιν οὐδὲν ὅμοιον ἀνισότητος").

Mas aqui ele se detém desconfiado e renuncia a seguir, analisando a forma de valor.

É, porém, em verdade, impossível ("τῇ μὲν οὐκ ἀληθείᾳ ὁδῶνται") que coisas de espécies tão diferentes sejam comensuráveis. Isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação pode apenas ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, por conseguinte, somente um artifício para a necessidade prática.¹⁶

O próprio Aristóteles nos diz em que fracassa o prosseguimento de sua análise, a saber, na falta do conceito de valor. Que é o igual, isto é, a substância comum que a casa representa para a almofada na expressão de valor da almofada? Tal coisa não pode "em verdade existir", diz Aristóteles. Por quê? A casa representa, contraposta à almofada, algo igual, na medida em que representa o que é realmente igual em ambas, a almofada e a casa. E isso é — trabalho humano.

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles respalda justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste "em verdade" essa relação de igualdade.

4) O conjunto da forma simples de valor

A forma simples de valor de uma mercadoria está contida em sua relação de valor com outra mercadoria de tipo diferente, ou na relação de troca com a mesma. O valor da mercadoria A é expresso qualitativamente por meio da permutabilidade direta da mercadoria B com a mercadoria A. Ele é expresso quantitativamente por meio da permutabilidade de um quantum determinado da mercadoria B por dado quantum da mercadoria A. Em outras palavras: o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como "valor de troca". Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e "valor". Ela apresenta-se como esse

¹⁶ Marx cita aqui a obra de Aristóteles *Ética Nicomachea* de "Aristóteles opera ex recensione Immanuelis Bekkeri", v. 9, Oxonii, 1837, p. 99-100. (N. da Ed. Alemã.)

duplo, que ela é, tão logo seu valor possui uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação.

Nossa análise provou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca. Essa é, entretanto, a ilusão, tanto dos mercantilistas e seus modernos requeridores, como Ferrier, Gamillo etc.²² quanto também de seus antipodas, os modernos *amis-voyageurs* do livre-cambismo, como Bastiat e consorte. Os mercantilistas dão a maior importância ao lado qualitativo da expressão de valor, portanto, na forma equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro sua forma completa — os modernos mascotes do livre-cambismo, que necessitam desembaraçar-se de suas mercadorias a qualquer preço, ressaltam, ao contrário, exclusivamente o lado quantitativo da forma relativa de valor. Para eles não existem, em consequência, nem valor nem grandeza de valor da mercadoria, exceto na expressão por meio da relação de troca, portanto, apenas no boletim diário dos preços. O escocês Macleod, em sua função de ordenar a adomar, com a maior erudição possível, as confusas idéias de Lombardstreet,²³ forma a síntese bem-sucedida entre os mercantilistas supersticiosos e os mascotes esclarecidos do livre-cambismo.

O exame mais pormenorizado da expressão de valor da mercadoria A, contida na relação de valor com a mercadoria B, demonstrou que dentro da mesma a forma natural da mercadoria A funciona apenas como figuração de valor de uso, a forma natural da mercadoria B apenas como forma valor ou figuração de valor. A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa. Isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida.

O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento — a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade "objetiva", isto é, como seu valor — transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor.

O primeiro olhar mostra a insuficiência da forma simples de valor, esta forma embrionária que somente amadurece por meio de uma série de metamorfoses até a forma preço.

A expressão em qualquer mercadoria B distingue o valor da mercadoria A

²² Nota à 2.ª edição. FERRIER, F. L. A. (*sous-inspecteur des douanes*). *Du Gouvernement Considéré dans ses Rapports avec le Commerce*. Paris, 1805; e GAILLH, Charles. *Des Systèmes d'Economie Politique*. 2.ª ed., Paris, 1821.

²³ Subinspector de aduanas. (N. dos T.)

²⁴ Lombardstreet, Rua na "City" de Londres onde se encontram as mais significativas empresas bancárias e comerciais da Inglaterra. (N. da Ed. Alemã.)

apenas de seu próprio valor de uso e a coloca, portanto, numa relação de troca com alguma espécie individual de mercadoria, diferente dela mesma, em vez de representar sua igualdade qualitativa e sua proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias. A forma simples de valor relativo de uma mercadoria corresponde à forma de equivalente individual de outra mercadoria. Assim o casaco possui, na expressão relativa de valor do linho, apenas a forma de equivalente ou a forma de permutabilidade direta com relação a essa espécie individual de mercadoria, o linho.

Entretanto, a forma individual de valor passa por si mesma a uma forma mais completa. Por meio da mesma, o valor de uma mercadoria A é certamente expresso apenas em uma mercadoria de outro tipo. Qual é, porém, a espécie dessa segunda mercadoria, se casaco, se ferro, se trigo etc., é totalmente indiferente. Assim, conforme ela entre numa relação de valor com esta ou aquela outra espécie de mercadoria, surgem diferentes expressões simples de valor, de uma mesma mercadoria.²² O número de suas possíveis expressões de valor é apenas limitado pelo número de espécies de mercadorias diferentes dela. Sua expressão individualizada de valor converte-se, portanto, em uma série constantemente ampliável de suas diferentes expressões simples de valor.

B) Forma de Valor Total ou Desdobrada

z mercadoria A = u mercadoria B ou = v mercadoria C ou = w mercadoria D ou = x mercadoria E ou = etc.

(20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 quarter de trigo ou = 2 onças de ouro ou = 1/2 tonelada de ferro ou = etc.)

1) A forma relativa de valor desdobrada

O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, é agora expresso em inúmeras outras mercadorias do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de mercadorias torna-se espelho do valor do linho.²³ Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possui e se, portanto, se objetiva em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. Por meio de sua forma valor, o linho se encontra portanto agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta.

²² Nota à 2ª edição. Em Homero, por exemplo, o valor de uma coisa é expresso numa série de coisas diferentes:

²³ Fala-se, por isso, do valor do linho em casaco, quando seu valor se representa em casacos, de seu valor em grão quando em grão etc. Cada expressão dessas diz que é o seu valor o que se manifesta nos valores de uso casaco, grão, va-
lor em grão etc. Cada expressão dessas diz que é o seu valor o que se manifesta nos valores de uso casaco, grão, va-
lor em grão etc. Como o valor de cada mercadoria denomina sua relação "a troca, podemos tratá-lo como (...) valor em grão, va-
lor em pano, segundo a mercadoria com a qual ele é comparado; e, portanto, existem milhares de diferentes espécies
de valores, tanto quanto as mercadorias existentes, e todas são igualmente reais e igualmente nominativas." (A Critical
Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value, chiefly in reference to the writings of Mr Ricardo and his
followers. By the Author of Essay on the Formation etc. of Opinions. Londres, 1825 p. 391) S. Bailey, o autor desse
escrito anônimo, que a seu tempo causou muita celeuma na Inglaterra, imagina ter destruído toda determinação de
conceito do valor, por meio dessa indicação sobre as variadas expressões relativas do mesmo valor mercantil. Que ele,
de resto, apesar de sua própria estultez, tenha tocado em lendas da teoria ricardiana, é comprovado pela imitação
com que a escola ricardiana o aborreu, por exemplo, na Westminster Review.

Na primeira forma: 20 varas de linho = 1 casaco, pode ser casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, transparece imediatamente um fundamento essencialmente diferente da manifestação casual e que a determina. O valor do linho permanece de igual tamanho, seja ele representado em casaco, ou café, ou ferro etc., em inúmeras mercadorias que pertencem aos mais diferentes proprietários. Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.

2) A forma equivalente particular

Cada mercadoria, casaco, trigo, chá, ferro etc., vale na expressão de valor do linho como equivalente e, portanto, como corpo de valor. A forma natural determinada de cada uma dessas mercadorias é agora uma forma equivalente particular ao lado de muitas outras. Do mesmo modo, as variadas espécies de trabalho, determinadas, concretas, úteis, contidas nos diferentes corpos de mercadorias figuram, agora, como outras tantas formas particulares de efetivação ou de manifestação do trabalho humano como tal.

3) Insuficiências da forma de valor total ou desdobrada

Primeiro, a expressão relativa de valor da mercadoria é incompleta, porque sua série de representações não termina nunca. A corrente em que uma equiparação de valor se liga à outra permanece sempre prolongável por meio de cada nova espécie de mercadoria que surge, a qual fornece o material para nova expressão de valor. Segundo, ela forma um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas. Se finalmente, como deve ocorrer, o valor relativo de cada mercadoria for expresso nessa forma desdobrada, então a forma relativa de valor de cada mercadoria é uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma relativa de valor de qualquer outra mercadoria. As insuficiências da forma relativa de valor desdobrada refletem-se na sua forma equivalente correspondente. Como aqui a forma natural de cada espécie particular de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inúmeras outras formas equivalentes particulares, existem, em geral, apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui a outra. Do mesmo modo, é a espécie de trabalho determinada, concreta, útil, contida em cada mercadoria equivalente particular, apenas forma de manifestação particular — portanto não exaustiva — do trabalho humano. Este possui, em verdade, sua forma de manifestação completa ou total no ciclo inteiro daquelas formas particulares de manifestação. Porém, assim ele não possui nenhuma forma de manifestação unitária.

A forma relativa de valor desdobrada consiste numa soma de expressões de valor ou equações da primeira forma, como:

20 varas de linho = 1 casaco
20 varas de linho = 10 libras de chá etc.

Cada uma dessas equações contém, reciprocamente, a equação idêntica:

1 casaco = 20 varas de linho
10 libras de chá = 20 varas de linho etc.

De fato: quando um homem troca seu linho por muitas outras mercadorias e, portanto, expressa seu valor numa série de outras mercadorias, então necessariamente os muitos outros possuidores de mercadorias precisam também trocar as suas mercadorias por linho e, por conseguinte, expressar os valores de suas diferentes mercadorias na mesma terceira mercadoria, em linho. — Invertamos, portanto, a série: 20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá = etc., isto é, expresse-mos a relação recíproca implicitamente já contida na série, então obtemos:

C) Forma Geral de Valor

1 casaco	=	
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	
1 quarter de trigo	=	
2 onças de ouro	=	
1/2 tonelada de ferro	=	
x mercadoria A	=	
etc. mercadoria	=	

20 varas de linho

1) Caráter modificado da forma valor

As mercadorias representam agora seus valores 1) de modo simples, porque na mesma mercadoria, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma valor é simples e comum a todas, portanto, geral.

As formas 1 e 2 chegaram ambas a expressar apenas o valor de uma mercadoria como algo distinto de seu próprio valor de uso ou de seu corpo de mercadoria.

A primeira forma resultou em equações de valor como: 1 casaco = 20 varas de linho, 10 libras de chá = 1/2 tonelada de ferro etc. O valor do casaco se expressa como algo igual ao linho, o valor do chá como algo igual ao ferro etc., mas algo igual ao linho e algo igual ao ferro, estas expressões de valor do casaco e do chá são tão diferentes quanto linho e ferro. Essa forma evidentemente só se encontra na prática dos primeiros começos, quando produtos de trabalho se transformam em mercadorias por meio de troca casual e ocasional.

A segunda forma distingue o valor de uma mercadoria de seu próprio valor de uso de maneira mais completa, pois, o valor do casaco, por exemplo, confronta agora sua forma natural em todas as formas possíveis, como algo igual ao linho, ao ferro, ao chá etc., como tudo mais, exceto algo igual ao casaco. Por outro lado, toda expressão comum de valor é aqui diretamente excluída, pois na expressão de valor de uma mercadoria aparecem agora todas as outras mercadorias apenas sob a forma de equivalentes. A forma de valor desdobrada encontra-se, de fato, pela primeira vez tão logo um produto do trabalho, grão, por exemplo, seja trocado por diversas outras mercadorias, não mais por exceção, mas habitualmente.

A forma obtida por último expressa os valores do mundo das mercadorias numa e mesma espécie de mercadoria. Isolada das outras, por exemplo, no linho, e representa assim os valores de todas as mercadorias por meio de sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem em comum com todas as mercadorias. Essa forma é a primeira portanto a relacionar realmente as mercadorias entre si como valores, ou as deixa aparecer reciprocamente como valores de troca.

As duas formas anteriores expressam o valor de cada mercadoria, seja numa

única mercadoria de espécie diferente, seja numa série de muitas mercadorias diferentes dela. Em ambos os casos é, por assim dizer, questão particular da mercadoria individual dar-se uma forma valor e ela o realiza sem que contribuam as outras mercadorias. Estas desempenham, contrapostas a ela, o papel meramente passivo do equivalente. A forma valor geral surge, ao contrário, apenas como obra comum do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha a expressão geral do valor porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece tem que fazer o mesmo. Evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera "existência social" dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida.

Na forma de igual ao linho, todas as mercadorias aparecem agora não só qualitativamente iguais, como valores sobretudo, mas também, ao mesmo tempo, como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. Ao espelhar suas grandezas de valor num único material, no linho, essas grandezas de valor refletem-se mutuamente. Por exemplo, 10 libras de chá = 20 varas de linho, e 40 libras de café = 20 varas de linho. Então, 10 libras de chá = 40 libras de café. Ou, 1 libra de chá contém apenas 1/4 da substância de valor, trabalho, contida em 1 libra de chá.

A forma valor geral relativa do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída dele, ao linho, o caráter de equivalente geral. Sua própria forma natural é a figura do valor comum a esse mundo, o linho sendo, por isso, diretamente trocável por todas as outras mercadorias. Sua forma corpórea passa pela encarnação visível, pela cristalização social geral de todo trabalho humano. A tecelagem, o trabalho privado que produz linho, encontra-se, ao mesmo tempo, em forma social geral, na forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As inúmeras equações em que consiste a forma valor geral equiparam, sucessivamente, o trabalho realizado no linho a cada trabalho contido em outra mercadoria e tomam, com isso, a tecelagem a forma geral de manifestação do trabalho humano enquadrado tal. Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um modo negativo, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas. Sua própria natureza positiva é expressamente ressaltada. Ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social.

2) Relação de desenvolvimento da forma valor relativa e da forma equivalente

Ao grau de desenvolvimento da forma valor relativa corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente. Mas é de se notar que o desenvolvimento da forma equivalente é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da forma valor relativa.

A forma valor relativa simples ou individualizada de uma mercadoria faz da outra mercadoria equivalente individual. A forma desdobrada do valor relativo, esta expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras mercadorias, imprime

nelas a forma de equivalentes particulares de diferentes espécies. Por fim, uma espécie particular de mercadoria recebe a forma geral de equivalente, porque todas as outras mercadorias fazem dela o material de sua forma: valor unitário e geral.

No mesmo grau, porém, em que se desenvolve a forma valor em geral, desenvolve-se também a antítese entre ambos os pólos, a forma valor relativa e a forma equivalente.

Já a primeira forma — 20 varas de linho = 1 casaco — contém essa antítese, mas não a fixa. Conforme se leia essa mesma equação de frente para trás ou de trás para frente, cada uma das duas mercadorias extremas, como linho e casaco, encontra-se na mesma medida, ora na forma valor relativa, ora na forma equivalente. Aqui ainda requer esforço fixar a antítese polar.

Na forma II só uma das espécies de mercadoria pode de cada vez desdobrar totalmente seu valor, ou ela mesma possui apenas a forma valor relativa desdobrada, porque e na medida em que todas as outras mercadorias se encontram, em confronto com ela, na forma equivalente. Aqui não se pode mais inverter os dois lados da equação de valor — como 20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 1 quarter de trigo etc. — sem modificar seu caráter global e transformar a forma valor total na geral.

A última forma, a forma III, por fim, dá ao mundo das mercadorias forma valor relativa social geral, porque e na medida em que, com uma única exceção, todas as mercadorias que lhe pertencem são excluídas de forma equivalente geral. Uma mercadoria, o linho, encontra-se, pois, na forma de permutabilidade direta em todas as outras mercadorias ou na forma diretamente social, porque e na medida em que todas as demais mercadorias não se encontram nela.²⁴

E inversamente, a mercadoria que figura como equivalente geral é excluída da forma valor relativa unitária e, portanto, geral do mundo das mercadorias. Para que o linho, isto é, qualquer mercadoria que se encontra na forma equivalente geral, possa, ao mesmo tempo, participar da forma valor relativa geral, ela tem de servir de equivalente a si mesma. Nós obtivamos então: 20 varas de linho = 20 varas de linho, uma tautologia, em que não se expressa nem valor nem grandeza de valor. Para expressar o valor relativo do equivalente geral temos sobretudo de inverter a forma III. Ele não possui nenhuma forma valor relativa em comum com as outras mercadorias, mas seu valor se expressa relativamente na série infinita de todos os outros corpos de mercadorias. Assim apresenta-se agora a forma valor relativa desdobrada ou a forma II como forma valor relativa específica da mercadoria equivalente.

²⁴ De fato, a forma de permutabilidade direta geral não sugere, de modo algum, que é uma forma mercantil antitética, tão insuperável da forma de permutabilidade não direta como a positividade de um pólo magnético da negatividade do outro. Pode-se, portanto, imaginar que se possa imprimir ao mesmo tempo a toda mercadoria o caráter de permutabilidade direta, da mesma maneira como se poderia imaginar que se possa fazer de todos os indivíduos humanos indivíduos burgueses, que vê na produção de mercadorias o nec plus ultra da liberdade humana e da independência individual, seria naturalmente muito desejável que ele estivesse livre das calamidades ligadas a essa forma, a saber, também da permutabilidade não direta das mercadorias. A descrição dessa utopia filosófica constitui o socialismo de Proudhon, que como já demonstramos em outra parte nem possui o mérito da originalidade, pois muito antes dele foi mais bem desenvolvida por Gray, Bray e outros. Isso não impede, hoje em dia, tal subordinação de grassar em certos círculos sob o nome de science, jamais uma escola alardeou mais a palavra "science" que a proudhoniana, pois "onde concelios fallam, ali encaixa-se no momento certo uma palavra".

* A expressão máxima. (N. dos T.)

²⁵ MARX, Karl. *Misère de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Mère de M. Proudhon*. Paris, Bruxelles, 1847. Cap. I. (N. da Ed. Alemã.)

²⁶ Modificação de um citado do Fausto de Goethe. Parte Primeira. "Quarto de Estudos". (N. da Ed. Alemã.)

3) Transição da forma valor geral para a forma dinheiro

A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria encontra-se apenas na forma equivalente geral (forma III), porque e na medida em que é excluída por todas as demais mercadorias como equivalentes. E só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral.

Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Toma-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. Entre as mercadorias que na forma II figuram como equivalentes particulares do linho, e na forma III expressam em comum seu valor relativo em linho, determinada mercadoria conquistou historicamente essa posição privilegiada, o ouro. Se substituirmos, pois, na forma III, a mercadoria linho pela mercadoria ouro, obtemos:

D) Forma Dinheiro

20 varas de linho	=	
1 casaco	=	
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	2 onças de ouro
1 quarter de trigo	=	
1/2 tonelada de ferro	=	
x mercadoria A	=	

Ocorrem modificações essenciais na transição da forma I para a forma II, da forma II para a forma III. Em compensação, a forma IV não difere em nada da forma III, a não ser que agora, em vez do linho, possui o ouro a forma de equivalente geral. O ouro se torna na forma IV o que o linho era na forma III — equivalente geral. O progresso apenas consiste em que a forma de permutabilidade direta geral ou a forma equivalente geral se fundiu agora definitivamente, por meio do hábito social, com a forma natural específica da mercadoria ouro.

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantís. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro distingue-se a forma IV da forma III, ou a forma valor geral se transforma em forma dinheiro. A expressão relativa simples de valor de uma mercadoria, por exemplo, do linho, na mercadoria que já funciona como mercadoria dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço. A "forma preço" do linho é, pois:

20 varas de linho = 2 onças de ouro

ou, se 2 libras esterlinas foi o nome monetário de 2 onças.

20 varas de linho = 2 libras esterlinas

A dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral como tal, da forma III. A forma III se resolve, retroativamente, na forma II, a forma valor desdobrada e seu elemento constitutivo é forma I: 20 varas de linho = 1 casaco, ou x mercadoria A = y mercadoria B. A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro.

... e a falta de transparência do mercado e seu segredo

À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e muitas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a ser por sua própria iniciativa.²⁵

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso, mas de seu valor de troca. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiramente, não provém, tampouco, os trabalhos úteis ou atividades produtivas, e uma vez que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente determinada pelo conteúdo de trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da duração daquele trabalho, a quantidade é distinguível até pelo tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência; havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento.²⁶ Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social.

— Recordar-se que a China e as mesas começaram a dançar, quando todo o resto do mundo parecia estar tranqüilo —
— para encorajar-se que a China e as mesas fossem as outras.^a

Notas da 2.ª edição. Entre os antigos germanos o tamanho de um Morgen^b de terra era calculado segundo o trabalho necessário para cultivá-lo em um dia, e daí denominado Morgen Tuguerit (também Toguanne) (jornale ou jornalito, terra jornalita, jornais ou diários). Mannweib, Mannsknuff, Mannsmund, Mannheim etc. Ver MAURER, Georg Ludwig von. Einleitung zur Geschichte der Mannweib, Mannknuff, Mannsmund, Mannheim, 1854, p. 129 et seqq.

Vide-se também: Vermaessen, Munique, 1854, p. 129 et seqq.

* Para encontrar os outros. — Depois da derrota das revoluções de 1848/49 começou na Europa um período da mais obscura política reacionária. Enquanto, neste tempo, as rodas anticlericais e também as burguesas se entusiasmaram pelo socialismo, especialmente por fazer a mesa andar, desenvolveu-se na China um poderoso movimento de libertação antifeudal, particularmente entre os camponeses, que entrou para a História como a revolução de Taiping. (N. da Ed. Alemã.)

• Jeira. (N. dos T.)

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquô os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metalíticas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o feticismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.

Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um

lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho da divisão social do trabalho. A igualdade de trabalhos *toto coelo*²⁷ diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados apenas reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados sob aquelas formas que aparecem na circulação prática, na troca dos produtos — o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, portanto, sob aquela forma que o produto de trabalho tem de ser útil, isto é, útil aos outros — o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes espécies sob a forma do caráter do valor comum a essas coisas materialmente diferentes, os produtos de trabalho.

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem.²⁸ Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social. A tarefa da ciência, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho. O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho, parece àqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, antes como depois dessa descoberta, tão definitivo quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico.

O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos. Tão logo essas proporções amadurecem, alcançam-se: certa estabilidade costumeira, elas parecem prover da natureza dos produtos de trabalho, de modo que, por exemplo, 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro têm o mesmo valor, como 1 libra de ouro e 1 libra de ferro têm, apesar de suas diferentes propriedades físicas e químicas, o mesmo peso. De fato, o caráter de valor dos produtos de trabalho apenas se consolida mediante sua efetivação como grandezas de valor. As últimas variam sempre, independentemente da vontade, da previsão e da ação dos que trocam. Seu próprio movimento social possui para eles a forma de

um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-los. É mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, que os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça.²⁹ A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material.

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa post festum e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo. Assim, somente a análise dos preços das mercadorias levou à determinação da grandeza de seu caráter de valor. É exatamente esse comum das mercadorias levou à fixação de seu caráter de valor. É exatamente essa forma acabada — a forma dinheiro — do mundo das mercadorias que objetiva, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. Quando eu digo casaco, bolas etc. se relacionam ao linho como a corporificação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos o absurdo dessa expressão. Mas quando os produtores de casaco, botas etc. relacionam essas mercadorias ao linho — ou ao ouro e à prata, que em nada muda a coisa — como equivalente geral, a relação dos seus trabalhos privados com o trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma absurda.

Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias, desaparece, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiamos em outras formas de produção.

Como a Economia Política gosta de robinsonadas,³⁰ aparece primeiro Robin-

²⁷ "Que se deve pensar de uma lei que se pode impor apenas por meio de revoluções periódicas? É, pois, uma lei natural, que se baseia na inconsciência dos participantes." (ENGELS, Friedrich, "Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie", in: *Deutsch-Französische Jahrbücher*, Editado por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844).

²⁸ Nota à 2.ª edição. Ricardo também não está livre de sua robinsonada. "Ele faz imediatamente o pescador e o caçador primitivos, como possuidores de mercadorias, trocar o peixe e a caça, em proporção ao tempo de trabalho materializando nesses valores de troca. Nessa oportunidade ele cai no anacronismo de fazer com que pescadores e caçadores primitivos, para calcular o valor de seus instrumentos de trabalho, utilizem as tabelas de anuidades de uso corrente em 1817 na Bolsa de Londres. Os 'paralelogramos do Sr. Owen' parecem ser a única forma de sociedade que ele concebeu além da burguesa." (MARX, Karl, *Zur Kritik etc.*, p. 38-39.)

²⁹ Ricardo menciona os "paralelogramos do Sr. Owen" em seu escrito *On Protection to Agriculture*, 4.ª ed., Londres, 1822, p. 21. Em seus planos utópicos de uma reforma social, Owen procurou comprovar que tanto sob o aspecto da rentabilidade como da vida doméstica seria mais conveniente assentar uma colônia em forma de um paralelogramo (N. da Ed. Alemã.)

³⁰ Nota à 2.ª edição. Quando, portanto, Galiani diz: O valor é uma relação entre pessoas — "La Richezza è una relazione tra due persone" —, ele deveria ter acrescentado: uma relação oculta sob uma coisa material. (GALIANI, Dello, *Dialogo*, p. 221, t. III da coleção de Custodi. "Scrittori Classici Italiani di Economia Politica". Parte Moderna, Milano, 1803.)

³¹ Totalmente. (N. dos T.)

son em sua ilha. Moderado por origem, ele precisa satisfazer, entretanto, a várias necessidades e, por isso, tem de executar trabalhos úteis de diferentes espécies, fazer ferramentas, fabricar móveis, domesticar lhamas, pescar, caçar etc. Não falamos aqui das orações e coisas semelhantes, porque nosso Robinson se compraz nelas e considera tais atividades como recreio. Apesar da diversidade de suas funções produtivas ele sabe que elas são apenas diferentes formas da atividade do mesmo Robinson, portanto, somente modos diferentes de trabalho humano. A própria necessidade o obriga a distribuir seu tempo minuciosamente entre suas diferentes funções. Se uma ocupa mais, outra menos espaço na sua atividade total depende da maior ou menor dificuldade que se tem de vencer para conseguir o efeito útil pretendido. A experiência lhe ensina isso, e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro razão, tinta e caneta, começa, como bom inglês, logo a escrever a si mesmo. Seu inventário contém uma relação dos objetos de uso que ele possui, das diversas operações requeridas para sua produção e, finalmente, do tempo de trabalho que em média lhe custam determinadas quantidades desses diferentes produtos. Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam sua riqueza, por ele mesmo criadas, são aqui tão simples e transparentes que até o Sr. M. Wirth deveria entendê-las, sem extraordinário esforço intelectual. E todavia já contém todas as características essenciais do valor.

Desloquemo-nos da ilha luminosa de Robinson à sombria Idade Média européia. Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as estruturas de vida estruturadas sobre ela. Mas, justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em *natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social. A corveia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despende no serviço do seu senhor. O ditado, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho.

Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado, não precisamos de voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados.³⁰ A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria

³⁰ Nota A 2.ª edição. "É um preconceito ridículo, difundido recentemente, de que a forma de propriedade comunal que se desenvolveu de modo natural seja especificamente forma eslava, até mesmo exclusivamente forma russa. Ela é a forma original que podemos encontrar entre romanos, germanos, celas, da qual, porém, um mostruário completo com múltiplas provas se encontra ainda hoje entre os hindus, mesmo que parcialmente em ruínas. Um estudo mais exaustivo das formas asiáticas de propriedade comunal, especialmente das indianas, comprovam como das distintas formas de propriedade comunal desenvolvida naturalmente resultam diferentes formas de sua dissolução. Assim podem ser derivados, por exemplo, os diferentes tipos originais de propriedade privada romana e germânica das diferentes formas de propriedade coletiva indiana." (MARX, Karl. *Zur Kritik etc.* p. 10.)

divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família.

Imaginemos, finalmente, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunitais, e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho. Repetem-se aqui todas as determinações do trabalho de Robinson, só que de modo social em vez de individual. Todos os produtos de Robinson eram exclusivamente produto pessoal seu, e, por isso, diretamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social. Parte desse produto serve novamente como meio de produção. Ela permanece social. Mas parte é consumida pelos sócios como meios de subsistência. Por isso, tem de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a espécie particular do próprio organismo social de produção e o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores. Só para fazer um paralelo com a produção de mercadorias, pressupomos que a parte de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada pelo tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenha, portanto, duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diferentes funções de trabalho conforme as diversas necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da participação individual dos produtores no trabalho comum e, por isso, também na parte a ser consumida individualmente do produto comum. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho continuam aqui transparentemente simples tanto na produção quanto na distribuição.

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro³¹ ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aqueles antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o organismo burguês, mas eles baseiam-se na imatidade do homem individual, que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete idealmente nos cultos

³¹ Segundo a ideia do antigo filósofo grego Epicuro, os deuses existiam nos intermúndios, os espaços entre os mundos; eles não têm nenhuma influência nem sobre o desenvolvimento do universo nem sobre a vida do homem. (N. da Ed. Alameda.)

trabalho produtivo. Por isso, ela trata as formas pré-burguesas do organismo social de produção como os padres da Igreja as religiões pré-cristãs.¹¹

Aíé que ponto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho demonstra, entre outras coisas, a disputa aborrecida e insípida sobre o papel da Natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação de câmbio.

Como a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão por que aparece cedo, embora não da mesma maneira dominante e, portanto, característica como hoje em dia, seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar. Nas formas mais concretas desaparecem mesmo essa aparência da simplicidade. De onde provieram as ilusões do sistema monetário? Não reconheceu ao ouro e à prata que eles representam, como dinheiro, uma relação social de produção, porém, na forma de objetos naturais com insólitas propriedades sociais. E a Economia moderna, que sobranceira olha o sistema monetário de cima para baixo, não se torna evidente seu fetichismo logo que trata do capital? Há quanto tempo desapareceu a ilusão fisiocrática que a renda da terra originava-se do solo e não da sociedade?

Para não antecipar, porém, limitamo-nos aqui a dar mais um exemplo relativo à própria forma mercadoria. Se as mercadorias pudessem falar, diriam: É possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete enquanto coisas. Mas o que nos compete enquanto coisas é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas mercantis demonstra isso. Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca. Ouçamos agora como a fala do economista revela a alma da mercadoria:

“Valor (valor de troca) é propriedade das coisas, riqueza (valor de uso) do homem. Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não.”³⁴ Riqueza (valor de uso) é um atributo do homem, valor um atributo das mercadorias. Um homem, ou

[illegible]

da Natureza e nas religiões populares da Antiguidade. O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de condições históricas longas e penosas.

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, a evolução da grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho.³² Fórmulas que não deixam lugar a dúvidas de que pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio

[illegible]

* Compare DESTUTT DE TRACY, *Éléments d'idéologie*, Parties Quarta e Quinta, Paris, 1826, p. 35-36 (N. da Ed. Alemã).

uma comunidade, é rico; uma pérola, ou um diamante... é valiosa. (...) Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante.⁹⁸

Até agora nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes. Os descobridores econômicos dessa substância química, que se pretendem particularmente profundos na crítica, acham, porém, que o valor de uso das coisas é independente de suas propriedades enquanto coisas, que seu valor, ao contrário, lhes é atribuído enquanto coisas. O que lhes confirma isso é a estranha circunstância que o valor de uso das coisas se realiza para o homem sem troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem, mas seu valor, ao contrário, se realiza apenas na troca, isto é, num processo social. Quem não se lembra aqui do bom Dogberry, ensinando ao vigilante Seacoal:⁹⁹

"Ser um homem de boa aparência é uma dívida das circunstâncias, mas saber ler e escrever provém da natureza."¹⁰⁰

⁹⁸ "Riches are the attribute of man, value is the attribute of commodities. A man or a commodity is rich, a pearl or a diamond is valuable. (...) A pearl or a diamond is valuable as a pearl or diamond." (BAILLY, S. Op. cit., p. 165 et seq.)
⁹⁹ O autor de *Observations* e S. Bailey acusam Ricardo de que ele teria transformado o valor de troca de algo apenas relativo em absoluto. Ao contrário. Ele reduziu a relatividade aparente, que está: coisas, diamante e pérola, por exemplo, possuem como valores de troca, a verdadeira relação, que se oculta por trás dessa aparência. A sua relatividade como meras expressões do trabalho humano. Se os ricardianos respondem a Bailey com grosseria, mas não com acerto, isso se deve somente a que eles não encontraram no próprio Ricardo nenhuma explicação sobre a conexão interna entre valor e forma valor ou valor de troca.

¹⁰⁰ SHAKESPEARE. *Much Ado About Nothing*. Atto III. Cena III. (N. da Ed. Alemã.)

CAPÍTULO II

O Processo de Troca

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las.³⁷ Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.³⁸ As

³⁷ No século XII, renomeado por sua piedade, encontramos freqüentemente entre essas mercadorias coisas muito delicadas. Um poeta francês dessa época conta, por exemplo, entre as mercadorias que se viam no mercado de Landit, além de tecidos, sapatos, como, instrumentos agrícolas, peles etc., *fourmes folles de leur corps*.³⁹ A Proudhon cria, primeiramente, seu ideal de justiça, do *Justice Éternelle*, a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias, com o que, diga-se de passagem, pronunciou a prova do consolador: todos os ilusões de que a forma de produção de mercadorias é algo tão eterno quanto a justiça. Depois, inversamente, ele pretende remodelar a produção real de mercadorias e o direito real correspondente a ela segundo essa ideal. Que pensaria de um químico, que, em vez de estudar as verdadeiras leis do metabolismo e com base nelas resolver determinamos dos problemas, resolvesse remodelar o metabolismo por meio das "leis eternas", da *naturalité* e da *affinité*? Acaso sabe-se mais sobre a "usura" quando diz-se que ela contraria a *justice éternelle* a *équité éternelle* / a *mutualité éternelle* e outras *vérités éternelles*, do que os padres da Igreja sabiam, quando dizem que a usura contraria a *grâce éternelle*, a *loi éternelle* e a *volonté éternelle de Dieu*?

³⁸ Landit, Vila perto de Paris, onde todos os anos tinha lugar uma grande feira, do século XII até o século XIX. (N. da Ed. Alemã.)

³⁹ *Fourmes* de corpos fogosos. (N. dos T.)

⁴⁰ Justiça eterna. (N. dos T.)

⁴¹ Naturalidade. (N. dos T.)

⁴² Afinitade. (N. dos T.)

⁴³ Equidade eterna. (N. dos T.)

⁴⁴ Reciprocidade eterna. (N. dos T.)

⁴⁵ Verdades... mas. (N. dos T.)

⁴⁶ A graça eterna, a fé eterna, a vontade eterna de Deus. (N. dos T.)

pecíficas.¹¹³ Embora haja exceções, o crescimento extraordinário da reserva do tesouro, acima de seu nível médio, indica estancamento da circulação das mercadorias ou interrupção do fluxo de metamorfose das mercadorias.¹¹⁴

SEÇÃO II

A Transformação do Dinheiro em Capital

CAPÍTULO IV

Transformação do Dinheiro em Capital

1. A fórmula geral do capital

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital.

Abstraiamos o conteúdo material da circulação de mercadorias, o intercâmbio dos diferentes valores de uso, e consideremos apenas as formas econômicas engendradas por esse processo, então encontraremos como seu produto último o dinheiro. Esse produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital.

Historicamente, o capital se defronta com a propriedade fundiária, no início, em todo lugar, sob a forma de dinheiro, como fortuna em dinheiro, capital comercial e capital usurário.¹ No entanto, não se precisa remontar à história da formação do capital para reconhecer o dinheiro como a sua primeira forma de aparição. A mesma história se desenrola diariamente ante nossos olhos. Cada novo capital pisa em primeira instância o palco, isto é, o mercado, mercado de mercadorias, mercado de trabalho ou mercado de dinheiro, sempre ainda como dinheiro, dinheiro que deve transformar-se em capital por meio de determinados processos.

Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação.

A forma direta de circulação de mercadorias é $M - D - M$. Transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma $D - M - D$, transformação de dinheiro em merca-

¹¹³ Essas funções diferentes podem entrar em conflito perigoso logo que se lhes adiciona a função de um fundo de reserva para notas bancárias.

¹¹⁴ "O que existe em dinheiro além do mínimo indispensável para o comércio interno representa capital morto, e não traz nenhum ganho ao país que o possui, exceto quando ele mesmo é exportado respectivamente importado." (BEL-LEERS, John. *Essays etc.* p. 13.) "O que acontece se temos dinheiro cunhado em demasia? Poderemos fundir o metal pesado e transformá-lo em suculentas balizas, vasos e utensílios domésticos de ouro e prata; ou enviá-lo como mercadoria para onde há necessidade e procura por ele, ou emprestá-lo a juros, onde se paga alta taxa de juros." (PETTY, W. *Quantulumcumque*, p. 39.) "O dinheiro é apenas a gordura do corpo do Estado, e por isso seu excesso aleia tanto sua mobilidade quanto sua falta torna-o doente (...). como a gordura lubrifica os movimentos do Estado, traz alimentamentos infantis, apalpa desniveis e embeleza o corpo, assim o dinheiro facilita os movimentos do Estado, traz alimentos do exterior quando há carência no país, paga dívidas (...) e embeleza o conjunto: porém particularmente", conclui ironicamente, "os indivíduos que possuem muito dele." (PETTY, W. *Political Anatomy of Ireland*, p. 14-15.)

¹ Ver nota b à nota 107. (N. do Ed.)

¹ A antítese entre o poder da propriedade fundiária, repousando sobre relações pessoais de senhoria e senhorio, e o poder impessoal do dinheiro, está claramente captada em dois ditos franceses. *Nulle terre sans seigneur* e *L'argent n'a pas de maître*.

^a "Nenhuma terra sem senhor." (N. dos T.)

^b "O dinheiro não tem mestre." (N. dos T.)

122. A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

doria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital.

Vejamos mais de perto a circulação $D - M - D$. Ela percorre, como a circulação simples de mercadorias, duas fases antitéticas. Na primeira fase, $D - M$, compra, o dinheiro é transformado em mercadoria. Na segunda fase, $M - D$, venda, a mercadoria é retransformada em dinheiro. A unidade de ambas as fases é, porém, o movimento global, que troca dinheiro por mercadoria e, novamente, a mesma mercadoria por dinheiro, compra mercadoria para vendê-la, ou, se não se consideram as diferenças formais entre compra e venda, compra mercadoria com o dinheiro e troca dinheiro com a mercadoria.² O resultado, em que todo o processo se apaga, é troca de dinheiro por dinheiro, $D - D$. Se com 100 libras esterlinas compro 2 000 libras de algodão e revendo as 2 000 libras de algodão por 110 libras esterlinas, então troco que afinal 100 libras esterlinas por 110 libras esterlinas, dinheiro por dinheiro.

É agora evidente que o processo de circulação $D - M - D$ seria insofrito e sem conteúdo caso se quisesse, por intermédio de seu rodeio, permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro, assim, por exemplo, 100 libras esterlinas por 100 libras esterlinas. Incomparavelmente mais simples e mais seguro seria o método do entesourador, que retém as suas 100 libras esterlinas ao invés de expô-las ao perigo da circulação. Por outro lado, se o comerciante revende por 110 libras esterlinas o algodão comprado a 100 libras esterlinas ou se é forçado a desvalorizar-se dele por 100 libras esterlinas ou até mesmo por 50 libras esterlinas, em qual-quer circunstância seu dinheiro descreveu um movimento próprio e original, de espécie totalmente diversa da descrita na circulação simples de mercadorias, por exemplo, nas mãos do camponês, que vende grão e, com o dinheiro obtido, compra roupas. Por enquanto, vale a característica das diferenças formais entre os ciclos $D - M - D$ e $M - D - M$. Com isso há de se revelar logo a diferença de conteúdo que espregueira por trás dessas diferenças formais.

Examinemos, antes de tudo, o que é comum a ambas as formas, $M - D$. Ambos os ciclos se decompõem nas duas mesmas fases contrapostas, $M - D$, venda, e $D - M$, compra. Em cada uma das duas fases se confrontam os mesmos dois elementos materiais, mercadoria e dinheiro — e duas pessoas, nas mesmas máscaras de personagens econômicas, um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas e, em ambos os casos, essa unidade é mediada pelo surgimento de três contraentes, dos quais um apenas vende, outro apenas compra, mas o terceiro alternadamente compra e vende.

O que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos $M - D - M$ e $D - M - D$ é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global.

Na circulação $M - D - M$, o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que serve de valor de uso. O dinheiro está, pois, definitivamente gasto. Na forma inversa, $D - M - D$, o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente.

mente pela venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele é, portanto, apenas adiantado.³

Na forma $M - D - M$, a mesma peça monetária muda duas vezes de lugar. O vendedor a recebe do comprador e paga-a adiante a outro vendedor. O processo global, que começa com o recebimento do dinheiro por mercadoria, termina com a entrega de dinheiro por mercadoria. Inversamente, na forma $D - M - D$, não é a mesma peça monetária que muda aqui duas vezes de lugar, mas a mesma mercadoria. O comprador a recebe das mãos do vendedor e a depõe nas mãos de outro comprador. Assim como na circulação simples de mercadorias a dupla mudança de lugar da mesma peça monetária acarreta a sua transferência definitiva de uma mão para outra, assim aqui a dupla mudança de lugar da mesma mercadoria acarreta o refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida.

O refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida não depende de a mercadoria ser vendida mais cara do que ela foi comprada. Essa circunstância influi apenas na grandeza da soma de dinheiro referente. O próprio fenômeno do refluxo ocorre assim que a mercadoria comprada é revendida, portanto o ciclo $D - M - D$ está completamente descrito. Essa é, portanto, uma diferença que salta aos olhos entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro.

O ciclo $M - D - M$ está perfeitamente descrito, assim que a venda de uma mercadoria traga dinheiro que a compra de outra mercadoria novamente retorna. Se ainda ocorrer refluxo de dinheiro ao seu ponto de partida, isso apenas pode ser por meio da renovação ou repetição de todo o percurso. Se vendo 1 *quarter* de grão por 3 libras esterlinas e compro roupas com essas 3 libras esterlinas, as 3 libras esterlinas estão definitivamente gastas para mim. Eu nada mais tenho a fazer com elas. Elas são do comerciante de roupas. Se, agora, vendo um segundo *quarter* de grão, então o dinheiro reflui para mim, mas não em consequência da primeira transação, e sim apenas em consequência de sua repetição. Ele se alasta novamente de mim assim que levo a cabo a segunda transação e compro de novo. Na circulação $M - D - M$, o gasto do dinheiro nada tem, pois, a ver com seu refluxo. Na circulação $D - M - D$, pelo contrário, o refluxo do dinheiro é determinado pelo modo de seu próprio gasto. Sem esse refluxo, a operação está fracassada ou o processo interrompido e ainda não acabado, porque falta a sua segunda fase, a venda, que complementa e completa a compra.

O ciclo $M - D - M$ parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo $D - M - D$, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.

Na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambas mercadorias. Eles são também mercadorias de mesma grandeza de valor. Mas eles são qualitativamente valores de uso diferentes, por exemplo, grão e roupas. O intercâmbio de produtos, a mudança dos diferentes materiais em que o trabalho social se representa, constitui aqui o conteúdo do movimento. De outro modo na circulação $D - M - D$, Ela parece, à primeira vista, sem conteúdo porque tautológica. Ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos dinheiro, portanto não-valores de uso qualitativamente dife-

¹ "Se uma coisa é comprada para ser novamente vendida, chama-se a soma aplicada nisso de dinheiro adiantado; se comprada para não ser revendida, ela pode ser designada como gasta." (STEWART, James, *Works* etc. Edit. por General Sir James Stewart, seu filho, Londres, 1805, v. I, p. 274.)

² "Com dinheiro se compram mercadorias e com mercadorias se compra dinheiro." (RIVIÈRE, Mercier de la, *L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques*, p. 543.)

renciados, pois dinheiro é a figura metamorfoseada das mercadorias, em que seus valores de uso específicos estão apagados. Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto inossa.⁴ Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo $D - M - D$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a $100 + 10$ libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.

É também possível que em $M - D - M$ ambos os extremos, M , M , por exemplo, grão e roupas, sejam grandezas de valor quantitativamente diferentes. O camponês pode vender seu grão acima do valor ou comprar as roupas abaixo do valor delas. Ele pode, por sua vez, ser enganado pelo comerciante de roupas. Tal diferença de valor permanece, no entanto, para essa mesma forma de circulação, puramente casual. Ela não perde simplesmente sentido e entendimento como o processo $D - M - D$, se os dois extremos, grão e roupas, por exemplo, são equivalentes. Sua igualdade de valor é aqui muito mais condição do transcurso normal.

A repetição da renovação da venda para compra encontra, como este mesmo processo, medida e alvo num objetivo final situado fora dela, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, comércio e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é $D - M - D$, de D adveio $D + \Delta D$, das 100 libras esterlinas, $100 + 10$. Mas consideradas apenas qualitativamente, 110 libras esterlinas são o mesmo que 100 libras esterlinas, ou seja, dinheiro. E consideradas quantitativamente, 110 libras esterlinas são uma soma tão limitada de valor quanto 100 libras esterlinas. Se as 110 libras esterlinas fossem gastas como dinheiro, deixariam de desempenhar o seu papel. Deixariam de ser capital. Retiradas de circulação, se petrificariam em ouro e nenhum *farthing* se acrescenta a elas, ainda que fiquem guardadas até o

⁴ "Não se troca dinheiro por dinheiro", clama Mercier de la Rivière aos mercantilistas (Op. cit., p. 486). Numa obra que ex professo trata do "comércio" e da "especulação", lê-se: "Todo comércio consiste na troca de coisas de espécies diferentes; e o proveito (para o comerciante?) se origina mesmo dessa diferença. Trocar 1 libra de pó por 1 libra de pó não traria nenhuma vantagem (...) daí o contraste vantajoso entre comércio e jogo, sendo este apenas intercâmbio de dinheiro por dinheiro." (CORBET, Th. An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals, or the Principles of Trade and Speculation explained, Londres, 1841, p. 5). Embora Corbet não veja que $D - M - D$ troca dinheiro por dinheiro, é a forma característica de circulação não só do capital comercial, mas de todo capital, pelo menos admite que essa forma é uma espécie de comércio, da especulação, é comum ao jogo, mas então aparece MacCulloch e acha que comprar para vender seja especular, e que, portanto, a diferença entre especulação e comércio se desliza. "Cada negócio em que uma pessoa compra um produto para revendê-lo é, de fato, uma especulação", diz ele. (MACCULLOCH, A Dictionary, Practical etc. of Commerce, Londres, 1847, p. 1009). Incomparavelmente mais ingênuo, Pinto, o Pindaro de Bolos de Amsterdã, "O comércio é um jogo" (essa frase, emprestada de Locke) e com mendigos não se pode ganhar nada. Se, durante longo tempo, se ganhasse tudo de todos, ler-se-ia, mediante acordo amigável, de devolver de novo a maior parte do lucro para novamente iniciar o jogo". (PINTO, Traité de la Circulation et du Crédit, Amsterdam, 1771, p. 231.)

⁵ De cátedra. (N. dos T.)

¹¹ Moeda inglesa no valor de 1/4 de pên. (N. dos T.)

Dia do Juízo Final. Caso se trate de valorização do valor, existe então tanta necessidade da valorização de 110 libras esterlinas quanto da de 100 libras esterlinas, já que ambas são expressões limitadas do valor de troca, ambas, portanto, tendo a mesma vocação de se aproximarem da riqueza simplesmente por meio da expansão de grandeza. De fato, o valor originalmente adiantado de 100 libras esterlinas diferencia-se, por um instante, da mais-valia de 10 libras esterlinas, que lhe foi acrescentada na circulação, mas essa diferença se esvai logo de novo. No fim do processo, o que surge não é, de um lado, o valor original de 100 libras esterlinas e, do outro, a mais-valia de 10 libras esterlinas. O que surge é um valor de 110 libras esterlinas que se encontra na mesma forma adequada para começar o processo de valorização, como as 100 libras esterlinas iniciais. Dinheiro surge de novo no fim do movimento como seu início.⁵ O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de novo ciclo. A circulação simples de mercadorias — a venda para a compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.⁶

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista, ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo.⁷ Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.⁸ Esse impulso absolu-

O capital se divide (...) em capital original e lucro, o incremento do capital (...), embora a própria prática converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo." (ENGELS, F. "Esboço de uma Crítica da Economia Nacional", In Anúários Teuto-Franceses Editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99.)
"Anistódotes contrapõe a Crematística à Economia. Ele parte da Economia. Enquanto arte da aquisição, ela se limita à obtenção dos bens necessários à vida e úteis ao lar e ao Estado. 'A verdadeira riqueza (ó ἀληθινὴ πλοῦς) consiste em tais valores de uso; pois para a boa vida, a medida suficiente dessa espécie de propriedade não é limitada. Existe, porém, uma segunda arte da aquisição chamada preferencialmente e com direito de Crematística, segundo a qual não parece existir limite à riqueza e à propriedade. O comércio de mercadorias (ἡ ἐμπορία) significa literalmente comércio de retalhos, e Anistódotes usa essa forma porque nela predomina o valor de uso) não pertence por natureza à Crematística, pois aqui o valor de troca só se refere ao que é necessário a eles mesmos (compradores e vendedores). Por isso, continua ele adiante, 'a forma original do comércio de mercadorias também era o escambo, mas com a sua expansão surgiu necessariamente o dinheiro. Com a invenção do dinheiro, o escambo tinha de evoluir necessariamente para uma nova forma de comércio de mercadorias, e este, em contradição com sua tendência original, evoluiu para a Crematística, a arte de fazer dinheiro. A Crematística distingue-se agora da Economia porque para ela a circulação é a fonte da riqueza (πλουτὶν ἀντιπαρατίθεται). Não ἀντιπαρατίθεται, mas ἀντιπαρατίθεται. E ela parece girar em torno do dinheiro, pois o dinheiro é o começo e o fim dessa espécie de troca (ἡ γὰρ πλουτὶν ἀντιπαρατίθεται καὶ ἀπὸ τοῦ ἀλλοτρίου ἐκτελεῖται). Por isso, a riqueza, como a Crematística pretende, também é limitada. Assim como toda arte, para a qual sua meta não vale como meio, mas como finalidade última, é limitada em sua aspiração, pois procura aproximar-se dela sempre mais, enquanto as artes, que só perseguem meios para fins, não são limitadas, já que a própria meta lhes estabelece os limites, assim para a Crematística não há limites para a sua meta, pois sua meta é o enriquecimento absoluto. A Economia não a Crematística, tem um limite (...), a primeira intenciona algo diferente do próprio dinheiro, a outra, a sua multiplicação (...). A confusão de ambas as formas, que se sobrepõem entre si, inclui alguns a ver na conservação e multiplicação do dinheiro ao infinito a finalidade última da Economia." (ARISTÓTELES, De Rep. Edit. Bekker, Livro Primeiro Cap. 4, § 9 passim.)

"Mercadorias" (aqui no sentido de valores de uso) "não são a finalidade última do capitalista que comercia (...), a sua finalidade última é dinheiro." (CHALMERS, Th. On Politic. Econ. etc. 2.ª ed. Glasgow, 1832, p. 165-166.)

"Ainda que o comerciante também não menospreze o lucro já alcançado, o seu olhar está, no entanto, sempre voltado para o lucro futuro." (GENOVESI, A. Lezioni di Economia Civile (1765). Edição dos economistas italiani de Cusani, Parte Moderna, t. VIII, p. 139.)

⁸ Ver v. 1 da edição MEW, p. 511. (N. da Ed. Alemã.)

to de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor," é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação,¹⁰ é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.¹¹

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação $D - M - D$, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência.¹² Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtém as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria.¹³ De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, mobiliza a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou acinenos põe ovos de ouro.

Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se dilata nessa faz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade consigo mesmo é constatada. E essa forma ele só possui no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e o ponto final de todo processo de valorização. Ele era 100 libras esterlinas, agora é 110 libras esterlinas etc. Mas o próprio dinheiro vale aqui apenas como uma forma do valor, pois ele tem duas. Sem assumir a forma de mercadoria, o dinheiro não se torna capital. O dinheiro não se apresenta aqui, portanto, polemicamente contra a mercadoria, como no entesouramento. O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro, judeus no íntimo circuncisos e além disso meios milagrosos para fazer de dinheiro mais dinheiro.

Se na circulação simples o valor das mercadorias adquire no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e movimento, para qual mercadoria e dinheiro são ambos meras formas. Mas ainda mais. Ao invés de representar

relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus Pai se distingue de si mesmo como Deus Filho, e ambos são de mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa, pois só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são uns, 110 libras esterlinas.

O valor toma-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo.¹⁴ $D - D'$, dinheiro que gera dinheiro — *money which begets money* —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas.

Comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro, $D - M - D'$, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Atos que ocorram eventualmente entre a compra e a venda fora da esfera da circulação nada mudam nessa forma de movimento. No capital a juros a circulação $D - M - D'$ apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidário, como $D - D'$, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo.

De fato, portanto, $D - M - D'$ é a fórmula geral do capital, como aparece relativamente na esfera da circulação.

2. Contradições da fórmula geral

A forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que a distingue da circulação simples de mercadorias é a sequência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra. E como poderia tal diferença puramente formal mudar por encanto a natureza desses processos?

Ainda mais. Essa inversão só existe para um dos três parceiros que comerciam uns com os outros. Como capitalista, compro mercadoria de A e a revendo para B, enquanto como simples possuidor de mercadorias vendo mercadoria para B e compro então mercadoria de A. Para os parceiros A e B essa diferença não existe. Eles aparecem apenas como comprador ou vendedor de mercadorias. Eu mesmo me confronto com eles, toda vez, como mero possuidor de dinheiro ou como possuidor de mercadorias, comprador ou vendedor, e apareço em ambas as sequências defrontando-me com uma pessoa somente como comprador e com a outra somente como vendedor, com uma somente como dinheiro, com a outra somente como mercadoria; com nenhum deles como capital ou capitalista ou representante de qualquer outra coisa que fosse mais que dinheiro ou mercadoria ou que pudesse surgir qualquer outro efeito, exceto o do dinheiro ou da mercadoria. Para mim, compra de A e venda para B constituem uma sequência. Mas a conexão entre esses dois atos existe apenas para mim. A não se importa com a minha transação com B, e B também não com a minha transação com A. Caso eu quisesse esclarecê-los quanto ao mérito particular que por meio da inversão da sequência gran-

¹⁰ "A paixão inextinguível pelo lucro, a auri sacra fames," sempre caracteriza o capitalista. IMACULLOCH, *The Principles of Polit. Econ.*, Londres, 1830, p. 179. Naturalmente essa compreensão não impede o mesmo MacCulloch e consorte, em dificuldades técnicas, por exemplo no tratamento da superprodução, metamorfosear o mesmo capitalista em um bom cidadão, para o qual só se trata do valor de uso e que até de-enrola uma verdadeira lorde de lobos, nem por botas, chapéus, ovos, chitas e outras espécies de valor de uso extremamente familiares.

¹¹ "Só se é rico e uma das expressões características dos gregos para entesourar. Igualmente, no grego significa ao mesmo tempo salvar e poupar."

¹² "O infinito que as coisas não têm no progredir, elas o têm no ciclo." (GALLANI *Op. cit.* p. 1561).

¹³ "Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais." (SAY, J. B. *Traité d'Econ. Polit.* 3.^a ed., Paris, 1817, t. II, p. 429).

¹⁴ "O movimento circulante (!) que é usado para fins produtivos é capital." (MACLEOD *The Theory and Practice of Banking*, Londres, 1855, v. I, cap. I, p. 55). "Capital é igual a mercadorias." (MILL, James *Elements of Polit. Econ.*, Londres, 1821, p. 74).

¹⁵ A sagrada lorde de ouro. (N. dos T.)

¹⁶ Salvar. (N. dos T.)

128 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

geito, eles me demonstrariam que me engano na própria sequência e que a transação global não começou com uma compra e terminou com uma venda, mas que, inversamente, começou com uma venda e se encerrou com uma compra. De fato, meu primeiro ato, a compra, foi do ponto de vista de A uma venda, e meu segundo ato, a venda, foi do ponto de vista de B uma compra. Não satisfeitos com isso, A e B esclarecerão que toda a sequência foi supérflua e abracadabra. A vai vender a mercadoria diretamente para B, e B comprá-la diretamente de A. Com isso, toda a transação se reduz a um ato unilateral de circulação habitual de mercadorias, da perspectiva de A mera venda e da perspectiva de B mera compra. Portanto, por meio da inversão da sequência, nós não transcendemos a esfera da circulação simples de mercadorias, e devemos muito mais verificar se ela permite, de acordo com sua natureza, valorização do valor que nela penetra e, daí, geração de mais-valia.

Tomemos o processo de circulação numa forma em que ele se apresenta como mero intercâmbio de mercadorias. Esse é sempre o caso quando ambos os possuidores de mercadorias compram mercadorias um do outro e a balança de suas obrigações recíprocas de dinheiro se compensa no dia do pagamento. O dinheiro serve aqui como dinheiro de conta para expressar os valores das mercadorias. A seus preços, mas não se confronta materialmente com as próprias mercadorias. A medida que se trata do valor de uso, é claro que ambos os permutadores podem ganhar. Ambos alienam mercadorias que lhes são inúteis como valor de uso, e recebem mercadorias de que necessitam para o seu uso. E essa vantagem pode não ser a única. A, que vende vinho e compra cereal, produz talvez mais vinho do que o plantador de cereal B poderia produzir no mesmo período de tempo de trabalho, e o plantador de cereal B poderia produzir no mesmo valor de troca, mais vinho, e o plantador A. A recebe, portanto, pelo mesmo valor de troca, mais cereal do que o vinicultor B. A recebe, portanto, pelo mesmo valor de produzir vinho e cereal e B mais vinho do que se cada um, sem troca, tivesse de produzir vinho e cereal para si mesmo. No que se refere ao valor de uso, pode ser, portanto, dito que "a troca é uma transação em que ambas as partes ganham".¹⁴ Com o valor de troca é diferente.

"Um homem que possui muito vinho e nenhum cereal comercia com um homem que tem muito cereal e nenhum vinho, e entre eles se troca tigo no valor de 50 por um valor de 50 em vinho. Esse intercâmbio não é um aumento do valor de troca, seja para um, seja para o outro; pois cada um deles já possuía, antes do intercâmbio, um valor igual àquele que obteve por meio dessa operação."¹⁵

Nada muda na coisa se o dinheiro se interpõe como meio circulante entre as mercadorias e os atos de compra e venda se separam perceptivelmente.¹⁶ O valor das mercadorias está representado em seus preços, antes que entrem na circulação, sendo, portanto, pressuposto e não resultado da mesma.¹⁷

Considerado abstratamente, isto é, deixando de considerar as circunstâncias que não decorrem das leis imanentes da circulação simples de mercadorias, o que ocorre nela, fora a substituição de um valor de uso por outro, nada mais é que

uma metamorfose, mera mudança de forma da mercadoria. O mesmo valor, isto é, o mesmo quantum de trabalho social objetivado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na da mercadoria na qual esse dinheiro se retratifica. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança de grandeza do valor. Mas a mudança que o valor da própria mercadoria sofre nesse processo limita-se a uma mudança da sua forma monetária. Ela existe primeiro como preço da mercadoria posta à venda, em seguida como uma soma de dinheiro, que já estava, porém, expressa no preço, finalmente como preço de uma mercadoria equivalente. Essa mudança de forma implica em si e para si tão pouco nenhuma mudança na grandeza do valor quanto a troca de uma nota de 5 libras esterlinas por *souvereigns*, meio *souvereign* e xelins. Portanto, à medida que a circulação da mercadoria só condiciona uma mudança formal do seu valor, ela condiciona, quando o fenômeno ocorre em sua pureza, troca de equivalentes. A própria economia vulgar, por pouco que pressinta o que seja valor, supõe por isso, sempre que ela, à sua maneira, queira considerar o fenômeno em sua pureza, que procura e oferta se iguale, isto é, que seu efeito simplesmente cessa. Se, portanto, em relação ao valor de uso, ambos os permutantes podem lucrar, ambos não podem ganhar no valor de troca. Aqui significa sobretudo: "Onde há igualdade, não há lucro".¹⁸ Mercadorias podem chegar a ser vendidas por preços que se desviam de seus valores, mas esse desvio apure-se como violação da lei da troca de mercadorias.¹⁹ Em sua forma pura, ela é uma troca de equivalentes, portanto não um meio de enriquecer em valor.²⁰

Por trás das tentativas de apresentar a circulação de mercadorias como fonte de mais-valia, espregueada, portanto, geralmente um quiproquó, uma confusão entre valor de uso e valor de troca. Assim, por exemplo, em Condillac:

"É falso que na troca de mercadorias se troque valor igual por valor igual. Pelo contrário. Cada um dos contraentes sempre dá um valor menor por um valor maior. (...) Caso se trocassem de fato sempre valores iguais, então não haveria ganho para qualquer um dos contraentes mas os dois ganham ou deveriam então ganhar. Por que? O valor das coisas baseia-se apenas em sua relação com nossas necessidades. O que para um é mais, é menos para o outro, e vice-versa. (...) Não se pressupõe que ofereçamos à venda coisas indispensáveis ao nosso consumo. Queremos dar uma coisa inútil para nós, a fim de conseguir uma que nos é necessária; queremos dar menos por mais. (...) Era natural julgar que na troca se dá igual valor por valor igual, sempre que cada uma das coisas trocadas era igual em valor ao mesmo quantum de dinheiro. (...) Mas outra consideração precisa ainda entrar no cálculo; é de se perguntar se ambos trocamos um supérfluo por algo necessário".²¹

Vê-se como Condillac não só confunde valor de uso como valor de troca, mas atribui de modo verdadeiramente infantil, a uma sociedade com produção desenvolvida de mercadorias, uma situação em que o produtor produz ele mesmo seus meios de subsistência e só joga na circulação o que excede sua própria neces-

¹⁴ "Dove è equalità non è lucro" (GALIANI *Della Moneta*, in: CUSTODI *Parie Moderna*, t. IV, p. 244).
¹⁵ "O intercâmbio torna-se desvantajoso para uma das partes se qualquer circunstância estranha diminui ou aumenta o preço, então a igualdade é violada, mas essa violação é acarretada por aquela causa e não pela troca." (LE TROSNE *Op. cit.*, p. 904.)

¹⁶ "O intercâmbio é, por sua natureza, um contrato baseado na igualdade, ou seja, que ocorre entre dois valores iguais. Ele não é, portanto, um meio de se enriquecer, pois dá-se tanto quanto se recebe." (LE TROSNE *Op. cit.*, p. 903-904.)

¹⁷ "Sobre o valor não decidem os parceiros de contrato; ele já está fixado antes do acordo." (LE TROSNE *Op. cit.*, p. 906.)

¹⁸ "Le Commerce et le Gouvernement" (1776) Edit. Daire et Molinari, in: *Mélanges d'Economie Politi* que, Paris, 1847, p. 267-291.

¹⁹ "L'échange est une transaction admissible dans laquelle les deux contractants gagnent — toujours (!)." (DESTUTT DE TRACY, *Traité de la Volonté et de ses Effets*, Paris, 1826, p. 68.) O mesmo livro apareceu também como *Traité d'Éc. Pol.*

²⁰ REVÈRE, *Mercier de la Op. cit.*, p. 544.

²¹ "Que uma dessas mercadorias seja dinheiro ou que ambas sejam mercadorias comuns, nada pode ser em si mais indiferente." (REVÈRE, *Mercier de la Op. cit.*, p. 543.)

²² "Sobre o valor não decidem os parceiros de contrato; ele já está fixado antes do acordo." (LE TROSNE *Op. cit.*, p. 906.)

sidade, o supérfluo.²² Apesar disso, o argumento de Condillac é repetido frequentemente por economistas modernos, sobretudo quando se trata de apresentar a figura da desvalorização do intercâmbio de mercadorias, o comércio, como produtor de mais-valia.

"O comércio", diz-se, por exemplo, "adiciona valor aos produtos, pois os mesmos produtos têm mais valor nas mãos dos consumidores do que nas mãos dos produtores, e deve ser, portanto, considerado estritamente (strictly) como ato de produção."²³

Mas não se pagam as mercadorias duplamente, uma vez seu valor de uso e outra vez seu valor. E se o valor de uso da mercadoria é mais útil ao comprador do que ao vendedor, a sua forma dinheiro é mais útil ao vendedor do que ao comprador. Se assim não fosse, iria ele vendê-la? E assim se poderia igualmente dizer que o comprador realiza estritamente (strictly) um "ato de produção" ao transformar, por exemplo, as meias do comerciante em dinheiro.

Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, o processo de circulação das mercadorias condiciona o intercâmbio de equivalentes. No entanto, as coisas na realidade não se passam de modo puro. Suponhamos, portanto, intercâmbio de não-equivalentes.

Em todo caso, no mercado de mercadorias, só possuidor de mercadorias se confronta com possuidor de mercadorias e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras é somente o poder de suas mercadorias. A diferença material das mercadorias é o motivo central do intercâmbio e torna os possuidores de mercadorias reciprocamente dependentes, pois nenhum deles tem o objeto de suas próprias necessidades e cada um deles tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro. Além dessa diferenciação material de seus valores de uso, só existe uma diferença entre as mercadorias, a diferença entre a sua forma natural e a sua forma transformada, entre mercadoria e dinheiro. E, assim, os possuidores de mercadorias só se diferenciam enquanto vendedores, possuidores de mercadoria, e enquanto compradores, possuidores de dinheiro.

Admita-se agora que seja permitido aos vendedores, por um privilégio inexplícito, vender a mercadoria acima do seu valor, a 110 quando ela vale 100, portanto com um aumento nominal de preço de 10%. O vendedor cobra, portanto, uma mais-valia de 10. Mas depois de ter sido vendedor, ele se torna comprador. Um terceiro possuidor de mercadorias encontra-o agora como vendedor e goza por sua vez do privilégio de vender a mercadoria 10% mais cara. Nosso homem ganhou 10 como vendedor para perder 10 como comprador.²⁴ O todo acaba redundando no fato de que todos os possuidores de mercadorias vendam reciprocamente as suas mercadorias 10% acima do valor, o que é inteiramente o mesmo que venderem as mercadorias por seus valores. Tal aumento nominal e geral do preço acarreta o mesmo efeito que se os valores das mercadorias fossem avaliados em prata ao

22 Por isso, Le Trosne responde muito acertadamente ao seu amigo Condillac: "Na sociedade desenvolvida não existe, a rigor, nada supérfluo". Ao mesmo tempo, faz troca dele com a ideia de que "se ambos os participantes de troca recebem igualmente mais por igualmente menos, ambos recebem por igual". Como Condillac ainda não tem a mínima noção da natureza do valor de troca, é ele o flador adequado do Sr. Prof. Wilhelm Roscher para os seus próprios conceitos infantis. Veja: *Die Grundlagen der Nationalökonomie*, 3ª ed., 1858.

23 NEWMAN, S. P. *Elements of Polit. Econ.* Andover e Nova York, 1835, p. 175.

24 "Por meio da elevação do valor nominal do produto (...) os vendedores não ficam mais ricos (...) já que o que eles ganham como vendedores eles gastam exatamente de novo em sua qualidade de compradores." ([RAY J.] *The Essential Principles of the Wealth of Nations* etc. Londres, 1797, p. 66.)

25 Os Fundamentos da Economia Política. (N. dos T.)

invés de em ouro. As denominações monetárias, isto é, os preços das mercadorias, iam inchar, mas as suas relações de valor ficariam inalteradas.

Suponhamos, pelo contrário, que seja privilégio do comprador comprar as mercadorias abaixo de seu valor. Aqui não é sequer necessário recordar que o comprador se torna novamente vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Ele já perdeu 10% como vendedor antes de ganhar 10% como comprador.²⁵ Tudo fica como dantes.

A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor.²⁶

De modo algum se simplifica o problema inserindo de contrabando nele considerações estranhas, dizendo com o Coronel Torrens:

"A procura efetiva consiste na facilidade e propensão (!) dos consumidores, seja pela troca direta ou indireta, de dar pelas mercadorias certa porção maior de todos os ingredientes do capital do que custa a sua produção."²⁷

Na circulação, produtores e consumidores só se confrontam como vendedores e compradores. Afirmar que a mais-valia para os produtores surja de que os consumidores pagam as mercadorias acima do valor significa apenas mascarar essa simples frase: o possuidor de mercadorias possui como vendedor o privilégio de vender caro demais. O vendedor produziu ele mesmo a mercadoria ou então representa seus produtores, porém o comprador produziu não menos a mercadoria representada em seu dinheiro ou representa seus produtores. Portanto, produtor se defronta com produtor. O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não nos leva um passo adiante que o possuidor de mercadorias venda, sob o nome de produtor, a mercadoria acima de seu valor e, sob o nome de consumidor, pague demais por ela.²⁸

Os representantes consequentes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra para vender, por conseguinte, só consome sem produzir. A existência de tal classe é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável. Mas antecipemo-nos. O dinheiro, com que tal classe continuamente compra, deve fluir continuamente dos próprios possuidores de mercadorias, sem intercâmbio, gratuitamente, por quaisquer títulos de direito e poder. Vender, a essa classe, as mercadorias acima do valor significa apenas recuperar arditosamente em parte dinheiro dado gratuitamente.²⁹ Assim, as cidades da Ásia Menor pagavam um tributo anual

25 "Caso se tenha de vender por 18 libras uma quantidade de determinado produto que vale 24 libras, não se aplicará a mesma soma de dinheiro para a compra há de se obter também por 18 libras tanto quanto por 24 libras." (LE TROSNE, Op. cit., p. 897.)

26 "Nenhum vendedor pode, portanto, aumentar habitualmente o preço de suas mercadorias sem ter de pagar também mais caro as mercadorias dos outros vendedores, e pela mesma razão, nenhum consumidor habitualmente pode comprar mais barato sem ter de diminuir igualmente o preço das mercadorias que ele vende." (REVIERE, Mercier de la Op. cit., p. 555.)

27 TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth*. Londres, 1821, p. 349.

28 "O pensamento de que os lucros sejam julgados pelos consumidores é decerto totalmente absurdo. Quem são os consumidores?" (RAMSAY, G. *An Essay on the Distribution of Wealth*, Edimburgo, 1836, p. 183.)

29 "Se a alguém falta demanda, aconselha-o o Sr. Malthus: pagar a outra pessoa para que esta lhe compre as suas mercadorias?" pergunta um indignado ricardiano a Malthus, que, como seu discípulo, o padre Chalmers, divirta economicamente a classe dos meros compradores ou consumidores. Ver *An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Labour and the Necessity of Consumption, Lately Advocated by Mr. Malthus* etc. Londres 1821, p. 55.

* Libras (moeda). (N. dos T.)

em dinheiro à Roma Antiga. Com esse dinheiro, Roma comprava mercadorias de luxo e as comprava caras demais. Os asiáticos menores enganavam aos romanos, sugando de volta dos conquistadores parte do tributo por meio do comércio. Mas, mesmo assim, esses asiáticos continuavam sendo deprimidos. Depois como antes suas mercadorias lhes eram pagas com o seu próprio dinheiro. Esse não é um método de enriquecimento ou de formação de mais-valia.

Mantenhamo-nos, portanto, dentro dos limites do intercâmbio de mercadorias, onde vendedores são compradores e compradores são vendedores. Nosso embaraço se origina talvez de que tenhamos tomado as pessoas apenas como categorias personificadas e não individualmente.

O possuidor de mercadorias A pode ser tão esperto que passa a perna nos seus colegas B e C, enquanto estes ficam devendo a revanche por mais boa vontade de que tenham. A vende vinho para B no valor de 40 libras esterlinas e adquire em troca cereal no valor de 50 libras esterlinas. A converteu as suas 40 libras esterlinas em 50 libras esterlinas, fez mais dinheiro de menos dinheiro e transformou a sua mercadoria em capital. Vejamos mais de perto. Antes da troca, tínhamos vinho em mãos de A por 40 libras esterlinas e cereal em mãos de B por 50 libras esterlinas; valor global de 90 libras esterlinas. Depois da troca, temos o mesmo valor global de 90 libras esterlinas. O valor circulante não aumentou um único átomo, a sua repartição entre A e B é que se modificou. De um lado aparece como mais-valia o que do outro é menos-valia, de um lado como *plus*, do outro como *minus*. A mesma mudança tinha ocorrido se A, sem a forma dissimuladora da troca, tivesse roubado 10 libras esterlinas diretamente de B. A soma dos valores circulantes não pode evidentemente ser aumentada por meio de nenhuma mudança em sua distribuição, tampouco quanto um judeu aumenta a massa dos metais preciosos num país vendendo 1 *fathring* do tempo da rainha Ana por 1 guinéu. A totalidade da classe dos capitalistas de um país não pode tirar vantagem de si mesma.³¹

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia.³² A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.³³

Entende-se daí por que, em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação.

No capital comercial autêntico, a forma $D - M - D'$, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da pró-

³¹ Destutt de Tracy, embora — talvez porque — membro de *l'Institut*,³² era de opinião contrária. Os capitalistas industriais, diz ele, obtêm os seus lucros "por venderem tudo mais caro do que custou produzi-lo. E a quem eles o vendem? Primeiro, uns aos outros." (Op. cit., p. 239)

³² "O intercâmbio de dois valores iguais não altera nada na soma dos valores sociais, já que acrescenta à fortuna de um o que retira da do outro." (SAY, J.-B. Op. cit., t. II, p. 443-444) Say, naturalmente despreocupado quanto às consequências dessa frase, tomou-a quase literalmente e as ilocutórias. A "mais famosa" frase espalhada na sua época, para o aumento do seu próprio "valor", mostra o seguinte exemplo. "A 'mais famosa' frase de Monsieur Say 'só se pode comprar produtos com produtos'." (LE TROSNE, Op. cit., p. 493)

³³ "O intercâmbio não transfere valor de nenhuma espécie aos produtos." (WAYLAND, F. *The Elements of Pol. Econ.* Boston, 1843, p. 168)

³⁴ Membro do Instituto. — Instituto de France. A mais elevada corporação da França, constituída por várias classes acadêmicas. Destutt de Tracy foi membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. (N. da Ed. Alemã)

pria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes,³⁴ só sendo ele, portanto, dedutível do duplo prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: "Guerra é roubo, comércio é engodo".³⁵ Para que a valorização do capital comercial não seja explicada por meio engodo dos produtores de mercadorias, é preciso dispor de uma longa série de elos intermediários, que ainda falta completamente aqui onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto.

O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro retirado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma $D - M - D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D - D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias. Daí Aristóteles:

"Como a Crenatística é dupla, uma pertencente ao comércio, a outra à Economia, a última necessária e louável, a primeira baseada na circulação e justamente criticada (pois ela não se baseia na natureza, mas no engodo mútuo), assim também o agiota é odiado com toda justiça, porque o próprio dinheiro é aqui a fonte do ganho e não é usado de acordo com o fim para o qual ele foi inventado. Pois ele surgiu para o intercâmbio de mercadorias, mas o juro faz de dinheiro mais dinheiro. Daí também o seu nome (*tróchos* — juro e nascido). Pois os nascidos são semelhantes aos que os geram. Mas o juro é dinheiro de dinheiro, de modo que, de todas as modalidades de ganho, esse é o mais antinatural".³⁶

Do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital.

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.³⁷ Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas³⁸ dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um quantum de seu próprio trabalho medido segundo determinação das leis sociais. Esse quantum de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço de, por exemplo, 10 libras esterlinas. Mas o seu trabalho não se representa no valor da mercadoria e num excedente acima do seu próprio valor, não num pre-

³⁴ "Sob o domínio de equivalentes mútuos, o comércio seria impossível." (OPDYKE, G. *A Treatise on Pol. Economy*, Nova York, 1851, p. 66-69) "Sob a diferença entre valor real e valor de troca faz um fato — ou seja, que o valor de uma coisa é diferente do assim chamado equivalente que por ela é dado no comércio, isto é, que esse equivalente não é equivalente." (ENGELS, F. Op. cit., p. 95-96-97)

³⁵ FRANKLIN, Benjamin, *Works*, v. II, edit. Sparks. In: *Positions to be Examined Concerning National Wealth* (p. 376)

³⁶ ARISTÓTELES, Op. cit., cap. 10, p. 171

³⁷ "Sob as condições costumeiras do mercado, o lucro não é gerado pelo intercâmbio. Se ele não tivesse estado antes presente, tampouco poderia existir depois dessa transação." (RAHSAY, Op. cit., p. 184)

³⁸ Ver v. I da edição MEW, p. 508 (N. da Ed. Alemã)

³⁹ 3ª e 4ª ed.: relações mercantis. (N. da Ed. Alemã)

de originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa.³⁹ Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um: ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.⁴⁰

³⁹ Nas enciclopédias sobre a antiguidade clássica, pode-se ler o disparate de que no mundo antigo o capital estava plenamente desenvolvido "exceto que faltavam o trabalhador livre e o sistema de crédito". Também o Sr. Mommsen, em sua *História Romana*, pratica um quiproquá depois do outro.

⁴⁰ Diversas legislações estabeleceram por isso um máximo para o contrato de trabalho. Todos os códigos legais em países de trabalho livre regulam condições de rescisão do contrato. Em diversos países, notadamente no México (antes da Guerra Civil americana, também nos territórios anexados ao México e, de acordo com a colza, até a revolução de Kusa, nas províncias do Danúbio), a escravidão se ocultava sob a forma de penação. Por meio de adiantamentos resgatáveis em trabalho e que passavam de geração em geração, não só o trabalhador individual, mas também sua família, torna-se de fato propriedade de outras pessoas e de suas famílias. Juárez tinha abolido a penação. O assim chamado Império Maximiliano restabeleceu-a mediante um decreto, que foi acerbamente denunciado na Câmara dos Representantes em Washington como decreto para o restabelecimento da escravidão no México. "De minhas específicas habilidades e possibilidades físicas e espirituais de atividade posso [...] alienar a outrem um uso limitado no tempo, porque elas, por essa limitação, recebem uma relação externa com minha totalidade e universalidade. Por meio da alienação de todo o meu tempo concreto pelo trabalho e da totalidade de minha produção, eu converto em propriedade de outro o substancial da mesma, minha atividade e realidade gerais, a minha personalidade." (HEGEL, *Philosophie des Rechts*, Berlin, 1840, p. 104, § 67.)

⁴¹ Revolução de Kusa. Em janeiro de 1859, Alexandre Kusa foi eleito hospodar da Moldávia e pouco depois da Valáquia. Pela unificação desses dois principados danubianos, que durante muito tempo estiveram submetidos ao domínio do império otomano, criou-se um Estado unitário romeno. Kusa se colocou como meta realizar uma série de reformas democrático-burguesas. Sua política encontrou, no entanto, forte resistência dos proprietários fundiários e de certa parte da burguesia. Depois que a Assembleia Nacional, na qual os representantes dos proprietários fundiários predominavam, rejeitou o projeto de reforma agrária apresentado pelo Governo, Kusa dissolveu essa corporação reacionária. Foi proclamada uma nova constituição, o círculo de eleitores foi ampliado e o poder do Governo fortalecido. A reforma agrária aceita nessa nova situação política previa a abolição da servidão e a repartição da terra entre os camponeses mediante sua recompra. (N. da Ed. Alemã.)

ço de 10 que seja, ao mesmo tempo, um preço de 11, não num valor que seja maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode formar valores o valor do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um quantum maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela.

Um resultado duplo foi, portanto, alcançado.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis iminentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida.⁴¹ Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic saltus!*

3. Compra e venda da força de trabalho

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga. Enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual.⁴² Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato D — M, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só po-

⁴¹ De acordo com essa discussão, o leitor compreende que isso significa apenas a formação de capital tem de ser possível também quando o preço da mercadoria seja igual ao valor da mercadoria. Ela não pode ser explicada pelo desvio dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias. Se os preços se desviassem realmente dos valores, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter então a fonte, em sua pureza, o fenômeno da formação de capital com base no intercâmbio de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbações e estranhas ao verdadeiro discurso. Sobre-se aliás, que essa redução não é, de modo algum, um mero processo de compensação, se anulam reciprocamente e se reduzem a um preço médio comum de mercado, o seu aumento e queda se compensam, por exemplo, do comerciante ou do industrial, em cada empreendimento sua regra imutável. Esta constitui a esfera-guia, por conseguinte, que, considerando-se um período mais longo do que o tempo maior. Ele sabe, por conseguinte, que, considerando-se um período mais longo do que o tempo maior, o dinheiro que alavanca espaço de tempo maior não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu preço como um todo, as mercadorias realmente não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu preço médio. Se o pensamento desinteressado fosse ao todo de seu interesse, então ele precisaria colocar o problema da formação de capital assim: como pode surgir o capital sendo os preços regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor das mercadorias? Digo: "em última instância" porque os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo etc.

⁴² Na forma de dinheiro (...) o capital não gera lucro." (RICARDO, *Princ. of Pol. Econ.* p. 267.)

⁴³ De uma lãbula de Esopo em que um fantástico sustenta ter dado um salto prodigioso em Rodos. A ele se replicou: "Aqui está Rodos, aqui saltas." (N. da Ed. Alemã.)

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva.

Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do porvir, pode alimentar-se com produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção não esteja concluída, e, como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco do mundo, o homem ainda precisa consumir a cada dia, antes de produzir e enquanto produz. Caso os produtos sejam produzidos como mercadorias, então precisam ser vendidos depois de produzidos, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. Ao tempo da produção se acresce o tempo necessário à venda.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

A questão do por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros produtores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou tomam apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias podem ocorrer embora a grande massa de produtos, orientada diretamente ao autoconsumo, não se transforme em mercadoria e portanto o processo de produção social ainda esteja muito longe de estar dominado em toda a sua extensão e profundidade pelo valor de troca. A representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida dentro da sociedade, que a separação entre valor de uso e valor de troca, que apenas principia no escambo direto, já se tenha completado. Tal estágio de desenvolvimento é, porém, comum às formações sócio-econômicas historicamente as mais diversas.

Ou se consideramos o dinheiro, então precisamos pressupor que a troca de mercadorias tenha atingido certo nível. As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e di-

heiro mundial, apontam, de acordo com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encontra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.⁴¹

Essa mercadoria peculiar, a força de trabalho, tem de ser agora examinada mais de perto. Como todas as outras mercadorias, ela tem um valor.⁴² Como ele é determinado?

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se actua no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser reposto. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida.⁴³ Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres.⁴⁴ Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no

⁴¹ O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

⁴² O valor de um homem é como o de todas as outras coisas, igual ao seu preço, isto quer dizer tanto quanto é pago para o uso de sua força. (HOBBS, *The Leviathan* in *Works*, Edit. Moleworth, Londres, 1839, 1904 v. III, p. 76.)

⁴³ O valor da Roma Antiga como leitor de escravos nos trabalhos agrícolas, recebe, "por ter trabalho, mais leve que o dos escravos, uma razão menor do que estes. (MOMMSEN, *Die Römische Geschichte* = 1867 p. 810.)

⁴⁴ Cf. HURSTON W. Th. *Over-Population and its Remedy*, Londres, 1840.

⁴⁵ História Romana (N. dos T.)

mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se "como todo indivíduo se perpetua pela procriação".⁴⁵ As forças-de-trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa "raça" de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias.⁴⁶

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tomando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, infimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção.

O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.

Parte dos meios de subsistência, por exemplo, alimentação, aquecimento etc., são diariamente consumidos de novo e precisam ser diariamente repostos de novo. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., gastam-se em períodos mais extensos de tempo e, por isso, só precisam ser repostos em compridos mais extensos de tempo. Mercadorias de uma espécie precisam ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente etc. Mas como quer que a soma dessas despesas se possa repartir durante, por exemplo, um ano, ela precisa ser coberta pela receita média dia por dia. Seja a massa das mercadorias exigidas diariamente para a produção da força de trabalho = A, a exigida semanalmente = B, a exigida trimestralmente = C etc., então a média diária

Supondo-se que

$$365 A + 52 B + 4 C + \text{etc.}$$

dessas mercadorias seria = 365

6 horas de trabalho social estão contidas nessa massa de mercadorias necessária ao dia médio, então se objetiva diariamente na força de trabalho meio dia de trabalho social médio, ou meio dia de trabalho é exigido para a produção diária da força de trabalho. Esse quantum de trabalho exigido para sua produção diária forma o valor de um dia de força de trabalho ou o valor da força de trabalho reproduzida em um dia. Se meio dia de trabalho social médio se representa igualmente numa massa de ouro de 3 xelins ou em 1 táler, então 1 táler é o preço correspondente ao valor de um dia da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho oferecê-la por 1 táler ao dia, então o seu preço de venda é igual ao seu valor e, de acordo com nossos pressupostos, o possuidor de dinheiro, que cobiça transformar o seu táler em capital, paga esse valor.

⁴⁵ Petty.
⁴⁶ "Seu" (do trabalho) "preço natural (...) consiste em tal quantidade de meios de subsistência e objetos de conforto, como são necessários de acordo com o clima e com os hábitos de um país para manter o trabalhador e possibilitar-lhe criar uma família que possa assegurar no mercado uma oferta de trabalho sem diminuição." (TORRENS, R. An Essay on the External Corn Trade, Londres, 1815, p. 62.) A palavra trabalho está aí erroneamente em lugar de força de trabalho.

⁴⁷ Raça (N. dos T.)

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

É sentimentalismo extraordinariamente barato considerar brutal essa determinação do valor da força de trabalho que decorre da natureza da coisa e lamentar-se, por exemplo, com Rossi:

"Conceber a capacidade de trabalho (*puissance de travail*), abstraindo-se dos meios de subsistência do trabalho durante o processo de produção, significa conceber um ser da razão (*être de raison*). Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz ao mesmo tempo trabalhador e meios de subsistência, trabalhador e salário".⁴⁷

Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecida, evidentemente necessário mais do que um bom estômago. Quem diz capacidade de trabalho não abstrai dos meios necessários à sua subsistência. O valor deles é análogo ao preço no valor dela. Se não é vendida, de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que a sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado quantum de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução. Ele descobre, então, com Sismondi:

"A capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida".⁴⁸

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força. Por isso, a alienação da força e a sua verdadeira exteriorização, ou seja, a sua existência como valor de uso, se separam no tempo. No caso de mercadorias,⁴⁹ porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho: ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. Que esse fornecimento de crédito não é nenhuma

⁴⁷ ROSSI Cours d'Econ. Polit. Bruxelles, 1843, p. 370-371

⁴⁸ SISMONDI Nouv Princ etc. I, p. 113

⁴⁹ "Todo trabalho é pago depois de concluído" (An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand etc. p. 104). "O crédito comercial tinha de começar no momento em que o trabalhador, o primeiro criador da produção, estava em condições, com base em suas economias, de esperar pelo salário de seu trabalho até o final de uma a duas semanas, um mês, um trimestre etc." (GANI, H. Ch. Des Systèmes d'Econ. Polit. 2. ed. Paris, 1821, I, p. 150)

140 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

fantasia vã, mostra-o não só a perda ocasional do salário creditado quando ocorre bancarrota do capitalista,⁵⁰ mas também uma série de efeitos mais duradouros.⁵¹ No entanto, nada muda na natureza do próprio intercâmbio de mercadorias se o dinheiro funciona como meio de compra ou como meio de pagamento. O preço da força de trabalho está fixado contratualmente, ainda que ele só venha a ser realizado depois, como o preço do aluguel de uma casa. A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente. Para a concepção pura da relação é, no entanto, útil pressupor, por enquanto, que o possuidor da força de trabalho recebe com sua venda cada vez e também prontamente o preço estipulado contratualmente.

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*.⁵² Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como

50 "O trabalhador empresta seu esforço", mas, acrescenta Storch, estupidamente, ele "não entrega", exceto "perder o seu salário (...) o trabalhador não transfere nada material". (STORCH, Cours d'Écon. Polit., Petersbourg, 1815, t. II, p. 36-37.)

51 Um exemplo. Em Londres existem duas espécies de pedreiros, os *full priced*, que vendem o pão por seu valor pleno, e os *undersellers*, que o vendem abaixo desse valor. Essa última classe constitui 3/4 do número total dos pedreiros (p. XXXII) no *Report* do Comissário Governamental H. S. Tremethere sobre as *Grievances complained of by the journeymen bakers* etc. (Londres, 1862). Esses *undersellers* vendem, quase sem exceção, pão falsificado com a mistura de alúmen, sabão, potassa, cal, pó de pedra de Derbyshire e outros ingredientes saborosos, nutritivos e saudáveis. (Ver o Livro Azul acima citado, bem como o relatório do "Committee of the Adulteration of Bread" e do Dr. HASSELL, *Adulterations Detected*, 2.ª ed., Londres, 1861.) Sir John Gordon declarou, perante o Comitê de 1855, que "em consequência dessas falsificações, o pobre, que vive de 2 libras-peso de pão por dia, agora não recebe verdadeiramente nem a quarta parte do material nutritivo, sem considerar os efeitos prejudiciais sobre sua saúde". Como mais tarde para que "uma parte muito grande da classe operária", ainda que bem informada sobre as falsificações, mesmo assim aceita na compra alúmen, pó de pedra etc. Tremethere (l.c., p. XLVIII) informa que para eles "é uma questão de necessidade aceitar do seu pedreiro ou do *chandler's shop*" o pão como eles queriam fornecê-lo. "Como eles só são pagos no final da semana de trabalho, só podem também em asservitivas de testemunhas. "É notório que pão preparado com tais misturas é feito expressamente para essa espécie de freqüentes." ("It is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner.") "Em muitos distritos agrícolas ingleses" (mas ainda mais em o trabalhador agrícola tem de comprar as suas mercadorias a crédito. (...) Ele tem de pagar preços mais altos e está escosses). "O salário é pago a cada quinze dias e até mesmo mensalmente. Com esses longos prazos de pagamento, o trabalhador agrícola não pode pagar os seus fornecedores a prazo. Assim, em Haringham, em Wilts, onde o salário é mensal, a mesma família que, em outro lugar, ele paga com 1 xelim e 10 pence, custa-lhe 2 xelins e 4 pence por semana." ("South Report" on "Public Health" by "The Medical Officer of the Privy Council etc.", 1863, p. 264.) "Os estampilhadores manuais de tecido de Paisley e Kilmarnock" (Escócia ocidental) "conquistaram em 1853, por meio de *strike*, a redução do prazo de pagamento de um mês para quinze dias". (Reports of the Inspectors of Factories for 31st Oct. 1853, p. 34.) Como o tra espécie de desenvolvimento do crédito, que o trabalhador fornece ao capitalista, pode ser considerado o método de muitos proprietários ingleses de minas de carvão, pelo qual o trabalhador apenas é pago no fim do mês e, no meio tempo, recebe adiantamentos do capitalista, muitas vezes em mercadorias, que ele precisa pagar acima do preço do mercado (*trucksystem*). "É uma prática costumeira dos donos de minas de carvão pagar a seus trabalhadores uma vez por mês e dar a seus trabalhadores um adiantamento a cada semana intermédia. Esse adiantamento é dado no armazém" (ou seja, no *tommy-sh-p* ou loja que pertence ao próprio patrão). "Os homens recebem-no de um lado do armazém e o gastam do outro." (Children's Employment Commission, III Report, Londres, 1864, p. 38, n.º 192.)

52 *Loja de miudezas*. (N. dos T.)

53 *Médula inglesa de peso equivalente a 6,35 quilos*. (N. dos T.)

54 *Greve*. (N. dos T.)

55 Não se permite a entrada a não ser a negócios. (N. dos T.)

ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro *éden* dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esparta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *utilizans* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*.⁵⁶ O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtiúme.

56 Personagens do drama. (N. dos T.)

CAPÍTULO V

Processo de Trabalho e Processo de Valorização

1. O processo de trabalho

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*,¹ força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*.² Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em celara. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste

existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.

A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de viveres e meios já prontos de subsistência para o homem,³ é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao se pará-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo.⁴ O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente — abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho — não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural, apesar da Bíblia. Do mesmo modo como a terra é sua despesa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho.⁵ Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho.⁶ O uso e a crítica

¹ "Os produtos naturais da terra, existentes em pequenas quantidades e totalmente independentes do homem, parecem ser dados pela Natureza do mesmo modo que se dá a um jovem uma pequena soma para que possa trabalhar e fazer sua fortuna." (STEUART, James, *Principles of Polit. Econ.*, Ed. Dublin, 1770, v. I, p. 116.)

² "A razão é tão análoga como potências. O ardi consiste na atividade mediadora, a qual, ao fazer os objetos atuarem uns sobre os outros e desagarrarem-se mutuamente, segundo sua própria natureza, sem se inserir diretamente nesse processo, todavia, recria apenas seu próprio fim." (HEGEL, *Enzyklopaedie*, Parte Primeira, "Die Logik", Berlin, 1840, p. 382.)

³ Ganilh, em seu escrito, de resto miserável, *Théorie de l'Econ. Polit.*, Paris, 1815, confronta acertadamente os instrumentos com a larga série de processos de trabalho que constituem o pressuposto da própria agricultura.

⁴ Em *Reflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses* (1766) Turgot desenhou bem e importância do animal domesticado para os inícios da cultura.

¹ De lazo (N. dos T.)

² Em potencial (N. dos T.)

ção de meios de trabalho, embora existam em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin definiu, por isso, o homem como a *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações sócio-econômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.⁵ Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. Entre os meios de trabalho mesmos, os meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção, oferecem marcas características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que apenas servem de recipientes do objeto de trabalho e cujo conjunto pode-se designar, generalizando, de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestas, cântaros etc. Eles só começam a desempenhar papel significativo na fabricação química.⁶

Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só parcialmente. O meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus standi*⁷ e ao processo dele o campo de ação (*field of employment*). Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são por exemplo edifícios de trabalho, canais, estradas etc.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso: uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparece na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele foi e o produto é um fio.

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.⁸

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho.

⁵ As próprias mercadorias do luxo são, de todas as mercadorias, as menos significativas para a comparação tecnológica de diversas épocas de produção.

⁶ Nota à 2.ª edição. Por pouco que a historiografia até agora conheça o desenvolvimento da produção material, a base, portanto, de toda vida social e por isso de toda verdadeira História, pelo menos dividu-se o tempo pré-histórico com base em pesquisas das ciências naturais e não das chamadas histórias, em idade de pedra, do bronze e do ferro, segundo o material das ferramentas e das armas.

⁷ Parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas até agora não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixes.

⁸ Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resultado do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.

⁹ Lugar para ficar (N. dos T.).

Exceto as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é preexistente por natureza, como mineração, caça, pesca etc. (a agricultura só no caso em que se desbravam terras virgens), todos os ramos industriais processam um objeto que é matéria-prima. Isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho. Assim, por exemplo, a semente na agricultura. Animais e plantas, que se costumam considerar produtos da Natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob controle humano e mediada por trabalho humano. Quanto aos meios de trabalho, particularmente, a grande maioria deles mostra até ao olhar mais superficial os vestígios de trabalho anterior.

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar. A matéria auxiliar é consumida pelo meio de trabalho, como carvão pela máquina a vapor, óleo pela roda, feno pelo cavalo de tiro, ou é acrescentada à matéria-prima para modificá-la materialmente, como cloro ao linho não branqueado, carvão ao ferro, tinta à lá, ou apóia a execução do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias usadas para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre matéria principal e matéria auxiliar se confunde na fabricação propriamente química, porque nenhuma das matérias-primas aplicadas reaparece como substância do produto.⁹

Como cada coisa possui muitas propriedades e, por isso, é capaz de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode constituir a matéria-prima de processos de trabalho muito diferentes. Grão, por exemplo, é matéria-prima do moinho, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc. Toma-se matéria-prima de sua própria produção, como semente. Assim, o carvão provém, como produto, da indústria de mineração, e entra nela como meio de produção.

O mesmo produto pode no mesmo processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda do gado, por exemplo, o gado, a matéria-prima trabalhada, é ao mesmo tempo meio de obtenção de esturmo.

Um produto que existe numa forma pronta para o consumo, pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado, de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semi-elaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter que percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho que a expõe como meio acabado de substância ou meio acabado de trabalho.

Vê-se: o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações.

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O fandeiro trata o fuso apenas como o meio com o

⁹ Storch distingue entre a própria matéria-prima, *matière*, e as matérias auxiliares, *matieres*.^{*} Cherbuliez denomina as matérias auxiliares de *matières instrumentales*.^h

^{*} STORCH, Henri. *Cours d'Economie Politique*, ou *Exposition des Principes qui Déterminent la Prospérité des Nations*. v. I. São Petersburgo, 1815, p. 228. (N. da Ed. Alemã.)

^h CHERBULIEZ, A. *Richesse ou Pauvreté. Exposition des Causes et des Effets de la Distribution Actuelle des Richesses Sociales*. Paris, 1841, p. 14. (N. da Ed. Alemã.)

qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode ficar sem material de fia e sem fuso. A existência desses produtos* é portanto pressuposta ao começar a fia. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos. Uma faca que não corta, o fio que se parte constantemente etc., lembram vivamente o culeiro A e o fiandeiro E. No produto bem elaborado, extinguiu-se a aquisição de suas propriedades úteis por intermédio do trabalho passado.

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sume à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enterrado, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas passíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constituintes de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção.

Se, portanto, produtos existentes são não só resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado é sua introdução nele, isto é, seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual por consumir o último os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo, o primeiro, porém, como meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo. O produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor.

Na medida em que seu meio e objeto mesmos já sejam produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou gasta produtos como meios de produção de produtos. Como o processo de trabalho se passa originalmente só entre o homem e a terra, que preexistia sem sua colaboração, continuam a servir-lhe ainda tais meios de produção preexistentes por natureza e que não representam nenhuma combinação de matéria natural e trabalho humano.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoitado do feitor de escravos ou

sob o olhar ansioso do capitalista, se Cincinnatus o realiza ao cultivar suas poucas jugas⁵ ou o selvagem ao abater uma fera com uma pedra.⁶

Voltemos ao nosso capitalista *in spe*.⁶ Deixamo-lo logo depois de ele ler comandos no mercado todos os fatores necessários a um processo de trabalho, os fatos objetivos ou meios de produção e o fator pessoal ou a força de trabalho. Com o olhar sagaz de conhecedor, ele escolheu os meios de produção e as forças de trabalho adequados para seu negócio particular, fiação, fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho. A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fia não pode alterar-se de início pela intrinseca do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante.

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.¹⁰

* Por essa razão altamente lógica, o Coronel Torrens deve ter descoberto na pedra do selvagem — a origem do capital. "A primeira pedra que o selvagem alita na besta que persegue, no primeiro pau que apanha para derrubar a árvore que não pode alcançar com as mãos, vemos a apropriação de um artigo para o fim de adquirir outro e descobrimos assim — a origem do capital." (TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth* etc. p. 70-71.) Daquela primeira pedra explica-se provavelmente por que, em inglês, *stock* é sinônimo de capital.

10 "Os produtos são apropriados antes de se transformarem em capital, essa transformação não os tira daquela apropriação." (CHERBULEZ, *Richesse ou Pauvreté*. Édit. Paris, 1841. p. 54.) "Ao vender seu trabalho por determinado quantum de meios de subsistência (*approvisionnement*), renuncia o proletário inteiramente a toda participação no pro-

* Stock, em alemão. (N. dos T.)

5 Jétras. (N. dos T.)

6 Em aspiração. (N. dos T.)

4, 4.ª ed.: desse produto. (N. da Ed. Alemã.)

2. O processo de valorização

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*.¹⁷ Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam subproduto material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valor.

De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.

Consideremos o processo de produção agora também como processo de formação de valor.

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se portanto de calcular o trabalho materializado nesse produto.

Seja, por exemplo, fio.

Para a fabricação do fio precisa-se, em primeiro lugar, de sua matéria-prima, por exemplo, 10 libras de algodão. Não é necessário investigar o valor do algodão, pois o capitalista o comprou no mercado pelo seu valor, por exemplo, 10 xelins. No preço do algodão já está representado o trabalho exigido para sua produção, como trabalho geral social. Suponhamos ainda que a massa de fusos desgastada no processamento do algodão, que representa, para nós, todos os outros meios de trabalho empregados, tenha um valor de 2 xelins. Se uma massa de ouro de 12 xelins é o produto de 24 horas ou 2 dias de trabalho, segue-se, de início, que no fio estão objetivados 2 dias de trabalho.

Não nos deve desconcertar a circunstância de que o algodão mudou sua forma e a massa de fusos consumida desapareceu totalmente. Segundo a lei geral do valor, 10 libras de fio, por exemplo, são um equivalente de 10 libras de algodão mais 1/4 de fuso, desde que o valor de 40 libras de fio seja = o valor de 40 libras de algodão + o valor de um fuso inteiro, isto é, que o mesmo tempo de trabalho seja exigido para produzir o que está em cada um dos lados dessa equação. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho representa-se uma vez no valor de uso fio, e a

duto. A apropriação dos produtos fica a mesma que antes; ela não se altera, de modo algum, pelo convênio mencionado. O produto pertence exclusivamente ao capitalista, que tomou as matérias-primas e o equipamento. Essa é uma consequência necessária da lei da apropriação, cujo princípio fundamental era inversamente o direito exclusivo de propriedade de cada trabalhador do seu produto. (Op. cit., p. 58.) MILL, James, *Elements of Pol. Econ.* etc. p. 70-71. "Se os trabalhadores trabalham por um salário, é o capitalista proprietário não só do capital" (a que significa aqui, dos meios de produção). "mas também do trabalho (of the labour also). Incluído-se, como é costume, no conceito de capital o que se paga como salário, é absurdo falar do trabalho separadamente do capital. A palavra capital, nesse sentido, compreende ambos, capital e trabalho."

¹⁷ "Que se ama por si mesma" (N. das T.).

outra vez nos valores de uso algodão e fuso. Ao valor é indiferente se aparece em fio, fuso ou algodão. O fato de que fuso e algodão, em vez de ficarem parados, um ao lado do outro, se unem no processo de fiação, que modifica suas formas de uso transformando-se em fio, afeta tão pouco o seu valor quanto se fossem realizados, mediante simples intercâmbio, contra um equivalente de fio.

O tempo de trabalho exigido para a produção do algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado.¹¹

Na medida em que, portanto, o valor do fio, o tempo de trabalho exigido para sua produção, é considerado, os diferentes processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço, que têm que ser percorridos para produzir o próprio algodão e a massa de fusos desgastada e para fazer, finalmente, de algodão e fuso fio, podem ser considerados como diversas fases sucessivas do mesmo processo de trabalho. Todo o trabalho contido no fio é trabalho passado. Que o tempo de trabalho exigido para a produção dos elementos constitutivos do fio tenha passado antes, estando no mais-que-perfeito, enquanto o trabalho empregado diretamente no processo final, a fiação, encontra-se mais perto do presente, no pretérito perfeito, é uma circunstância absolutamente indiferente. Se determinada quantidade de trabalho, 30 dias de trabalho por exemplo, é necessária para construir uma casa, não se altera nada no quantum total do tempo de trabalho incorporado à casa pelo fato de que o trigésimo dia de trabalho entrou na produção 29 dias depois do primeiro dia de trabalho. E assim pode considerar-se o tempo de trabalho contido no material de trabalho e nos meios de trabalho como se tivesse sido despendido numa fase anterior do processo de fiação, antes do trabalho finalmente acrescentado, sob a forma de fiação.

Os valores dos meios de produção, do algodão e do fuso, expressos no preço de 12 xelins, formam, portanto, partes integrantes do valor do fio ou do valor do produto.

Só duas condições têm de ser preenchidas. Primeiro, algodão e fuso devem ter servido realmente à produção de um valor de uso. Devem ter-se tomado em nosso caso fio. Que valor de uso o porta é indiferente ao valor, mas um valor de uso tem de portá-lo. Segundo, pressupõe-se que somente o tempo de trabalho necessário, sob dadas condições sociais de produção, foi aplicado. Se, portanto, apenas 1 libra de algodão fosse necessária para fiar 1 libra de fio, então deve-se consumir apenas 1 libra de algodão na fabricação de 1 libra de fio. O mesmo vale para o fuso. Ainda que o capitalista tivesse a fantasia de empregar fusos de ouro em vez de fusos de ferro, no valor do fio só conta, todavia, o trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho necessário para a produção de fusos de ferro.

Sabemos agora qual parte do valor do fio forma os meios de produção, algodão e fuso. É igual a 12 xelins, ou à materialização de 2 dias de trabalho. Trata-se agora daquela parte de valor que o trabalho do próprio fiandeiro acrescenta ao algodão.

Agora temos de observar esse trabalho sob um aspecto totalmente diverso daquele sob o qual o consideramos durante o processo de trabalho. Lá, tratava-se da atividade orientada ao fim de transformar algodão em fio. Quanto mais adequado o trabalho a esse, tanto melhor o fio, supondo-se inalteradas todas as demais cir-

¹¹ "No valor das mercadorias não influem apenas o trabalho nelas diretamente aplicado, mas também o trabalho aplicado nos instrumentos, ferramentas e edifícios que ajudam o trabalho diretamente despendido" (RICARDO, Op. cit., p. 161).

cunstiâncias. O trabalho do fiandeiro era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com eles fazer canhões relatórios. Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. É apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total do trabalho do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É fácil calculá-la. Pressupomos que o trabalho de fiar é trabalho simples, trabalho social médio. Ver-se-á depois que o pressuposto contrário não altera nada na coisa.

Durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado quantum de fio, portanto determinado quantum de trabalho, 1 hora de trabalho, está objetivado no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui enquanto dispêndio de força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação.

Agora é de importância decisiva que durante o processo, isto é, durante a transformação do algodão em fio, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido. Se sob condições sociais de produção normais, isto é, mé-dias, 1 libra de algodão têm de ser transformadas, durante 1 hora de trabalho, em 12 libras de fio, então somente vale como jornada de trabalho de 12 horas aquela jornada de trabalho que transforma 12 x A libras de algodão em 12 x B libras de fio. Pois apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formando valor.

Como o próprio trabalho, assim a matéria-prima e o produto aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito. A matéria-prima funcionou aqui apenas como algo que absorve determinado quantum de trabalho. Por meio dessa absorção transformase, de fato, em fio, porque a força de trabalho foi despendida e lhe foi acrescentada sob a forma de fiação. Mas o produto, o fio, é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão. Se em 1 hora 1 2/3 libra de algodão é fiada ou transformada em 1 2/3 libra de fio, então 10 libras de fio indicam 6 horas de trabalho absorvidas. Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de 1 hora, de 2 horas, de 1 dia de trabalho social.

Que o trabalho seja precisamente trabalho de fiar, seu material o algodão e seu produto o fio interessa aqui tão pouco quanto o objeto do trabalho, por sua vez, ser já produto, portanto, matéria-prima. Se o trabalhador, em vez de fiar, estivesse ocupado numa mina de carvão, o objeto de trabalho, o carvão, seria preexistente por natureza. Apesar disso, determinado quantum de carvão arrancado da rocha, 1 quintal por exemplo, representaria determinado quantum de trabalho absorvido.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse quantum de trabalho para produzir a soma média dos meios diá-

rios de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma 1 2/3 libra de algodão em 1 2/3 libra de fio, então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho apresenta-se num quantum de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins.

Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam 2 1/2 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e 1/2 dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho apresenta-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence.

(Nosso capitalista fica perplexo.) O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não produziu mais-valia, o dinheiro não se transformou pois em capital. O preço das 10 libras de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram despendidos no mercado pelos elementos constitutivos do produto ou, o que é o mesmo, para os fatores do processo de trabalho: 10 xelins para o algodão, 2 xelins para a massa de fusos consumida e 3 xelins para a força de trabalho. O valor inchado do fio em nada ajuda, pois seu valor é apenas a soma dos valores que antes se distribuíram entre algodão, fuso e força de trabalho, e de tal adição simples de valores preexistentes não pode agora e jamais surgir uma mais-valia.¹² Esses valores estão concentrados agora numa só coisa, mas já o estavam na soma de dinheiro de 15 xelins antes que esta se fragmentasse por meio de três compras de mercadorias.

Em si para si, esse resultado não tem nada de estranho. O valor de 1 libra de fio é 1 xelim e 6 pence, e por 10 libras de fio nosso capitalista teria de pagar no mercado, portanto, 15 xelins. Tanto faz que compre no mercado sua casa particular já pronta, ou que a mande construir, nenhuma dessas operações aumentará o dinheiro gasto na aquisição da casa.

O capitalista, familiarizado com a economia vulgar, dirá talvez que adiantou seu dinheiro com a intenção de, com isso, fazer mais dinheiro. Mas, o caminho ao inferno está calçado de boas intenções e ele poderia, do mesmo modo, ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir nada.¹³ Ameaça. Não o apanharão de novo. Naturalmente, comprará a mercadoria pronta no mercado em vez de fabricá-la. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde deverá ele encontrar mercadorias prontas? E dinheiro ele não pode comer. Ele faz um sermão. Deve-se levar em consideração sua abstinência. Poderia esbanjar seus 15 xelins. Em lugar disso, os consumiu produtivamente e os transformou em fio. Mas, graças a isso, ele tem fio em vez de remorsos. Ele não deve, de modo algum, recair no papel do entesourador que já nos mostrou o que se obtém do acetismo. Além disso, onde nada existe, o imperador perdeu seu direito. Qualquer que seja o mérito de sua renúncia, não existe nada para pagá-lo adicionalmente, uma vez que o valor do produto que resulta do processo é apenas igual à soma dos valores das mercadorias lançadas nele. Tem de consolar-se com a idéia de a virtude ser a recompensa da

¹² Esses números são totalmente arbitrários.

¹³ Essa é a proposição fundamental em que se baseia a doutrina hegeliana da improdutividade de todo trabalho não agrícola, e ela é irrelevante para o economista — de profissão. "Essa maneira de imputar a um único objeto os valores de vários outros" (por exemplo, ao linho a subsistência do tecido), "de acumular, por assim dizer, diversos valores em camadas sobre um único, faz com que este cresça na mesma proporção. (...) A palavra adição designa muito bem o modo como se forma o preço das manufaturas: este preço é apenas a soma total de vários valores consumidos e adicionados, mas adicional não é multiplicar." (REVIERE, Mercier de la. Op. cit., p. 599)

¹⁴ Assim, por exemplo, ele retirou de 1844 a parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra de Sucessão americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua, para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool.

virtude. Mas, em vez disso, ele se torna imoportuno. O fio não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. Assim que ele o vendeu ou, melhor ainda, que produza no futuro apenas coisas para seu próprio uso, recolta que seu médico da família, MacCulloch, já presscrevera como remédio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se torna teimoso. Deveria o trabalhador, com seus próprios meios, criar no éter figuras de trabalho, produzir mercadorias? Não lhe deu ele a matéria, com a qual e na qual pode dar corpo a seu trabalho? Sendo a maior parte da sociedade constituída dos que nada têm não prestou ele um serviço inestimável à sociedade com seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, e também ao próprio trabalhador, ao qual forneceu ainda meios de subsistência? Não deve ele apresentar a conta por tal serviço? Mas, não prestou-lhe o trabalhador em contrapartida o serviço de transformar algodão e fuso em fio? Além disso, não se trata aqui de serviços.¹⁵ Um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho.¹⁶ Mas aqui trata-se do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins. O trabalhador devolveu-lhe um equivalente exato, no valor de 3 xelins, acrescido ao algodão. Valor contra valor. Nosso amigo, até há pouco capitalisticamente arrogante, assume subitamente a atitude modesta de seu próprio trabalhador. Não trabalhou ele mesmo? Não executou o trabalho de vigilância e superintendência sobre o fiandeiro? Não cria valor também nesse seu trabalho? Mas seu próprio *overlooker*¹⁷ e seu gerente encolhem os ombros. Entrementes, já recobrou com um sorriso alegre sua fisionomia anterior. Ele troçou de nós com toda essa ladainha. Não daria um centavo por ela. Ele deixa estes e semelhantes subterfúgios e petas vazias aos professores da Economia Política, expressamente pagos para isso. Ele mesmo é um homem prático que nem sempre pensa no que diz fora do negócio, mas sempre sabe o que faz dentro dele.

Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho. Isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma condição *sine qua non*,¹⁸ pois o trabalho para criar valor tem de ser despendi-

15. "Deixa que se exaltem, se adornem e se enleiem! (...) Mas quem torna mais ou algo melhor" (do que dá) "prática usura e não presta serviço, mas causa prejuízo a seu próximo, como se furtasse ou roubasse. Nem tudo que se chama de serviço e benefício ao próximo é serviço e benefício. Pois um adúltero e uma adúltera se prestam mutuamente grande serviço e prazer. Um cavaleiro presta grande serviço ao incendiário e assassino, ajudando-o a roubar nas estradas, a fazer guerra a terras e gentes. Os papistas prestam aos nossos grande serviço, ao não afogarem, queimarem, assassinarem ou fazerem apodrecer a todos nas prisões, mas deixam alguns viverem, desmurchando-os ou despolpando-os de seus haveres. O próprio diabo presta a seus servidores grande e inestimável serviço (...). Em resumo, o mundo está cheio de grandes e excelentes serviços e benefícios diários." (LUTHER, Martin. *An die Pfaffen, wider den Wucher zu Predigen* etc. Wittenberg, 1540).¹⁹

16. Em *Zur Kritik der Pol. Ök.*, p. 14, observo sobre isso, entre outras coisas: "Compreende-se qual 'serviço' a categoria 'serviço' (service) deve prestar a uma espécie de economistas como J.-B. Say e F. Bastiat!"

¹⁷ Ver nota 96, no Cap. II, (N. do Ed.)

¹⁸ Ver v. 13 da MEW, p. 21 (N. da Ed. Alemã.)

¹⁹ Fiscal (N. dos T.)

²⁰ Condição indispensável (N. dos T.)

do em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis elementares do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.

Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir.¹⁰ O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12. Se 10 libras de algodão absorviam 6 horas de trabalho e transformavam-se em 10 libras de fio, então 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas agora 5 jornadas de trabalho: 4 na massa consumida de algodão e fusos, 1 absorvida pela algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em ouro de 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se 27 xelins em 30. Deixaram uma mais-valia de 3 xelins. Finalmente a aritmética deu certo. Dinheiro se transformou em capital.

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias. Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio com um valor de 30 xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. Vende a libra de fio por 1 xelim e 6 pence, nenhum centavo acima ou abaixo de seu valor. E, não obstante, tira da circulação 3 xelins mais do que nela lançou. Todo esse seqüimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. E assim é tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles.¹¹

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, traba-

¹⁰ "Kasus, der ihn lachen macht", citação modificada de Goethe, Fausto, Parte Primeira "Quarto de Estudante" (N. da Ed. Alemã.)

¹¹ "Tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis." Alorismo do romance satírico de Voltaire *Candide*, ou l'Optimisme. (N. da Ed. Alemã.)

lho-passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a "trabalhar" como se tivesse amor no corpo.¹² Se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização.

Se comparamos, além disso, o processo de formação de valor com o processo de trabalho, vemos que este consiste no trabalho útil que produz valores de uso. O movimento é considerado aqui qualitativamente, em seu modo e maneira particular, segundo seu objetivo e conteúdo. O mesmo processo de trabalho apresenta-se no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo. Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil. Também as mercadorias que entram no processo de trabalho aqui já não valem como fatores materiais, determinados funcionalmente, da força de trabalho atuando orientadamente para um fim. Apenas contam com determinadas quantidades de trabalho objetivado. O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas, dias etc.

Mas conta somente, na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário. Isso envolve vários fatores. A força de trabalho tem de funcionar em condições normais. Se a máquina de fiar é o instrumento de trabalho socialmente dominante para a fição, então não se deve pôr uma roda de fiar nas mãos do trabalhador. Ele não deve receber, em vez de algodão de qualidade normal, um refugo que rasga a todo instante. Em ambos os casos, ele precisaria de mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente — e para isso tem ele seu próprio código penal!¹³ — não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor.¹⁴

¹² Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. O trabalhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, apenas se distingue do animal, como *instrumentum semivivale* e dos instrumentos de trabalhos mortos, como *instrumentum mortuum*, por ser *instrumentum vivale*. Mas ele mesmo faz o animal e os instrumentos de trabalho sentem que não é seu igual, mas um homem. Ele proporcione a si mesmo a autoconsciência de ser diferente deles ao maltratá-los e destruí-los com amor. Vale, por isso, nesse modo de produção, como princípio econômico, apenas empregar os instrumentos de trabalho mais toscos, mais pesados, porém exatamente devido à sua conhecida rusticidade de serem estragados. Até a eclosão da Guerra de Secessão encontravam-se, por isso, nos

¹³ Instrumentum semivivale (N. dos T.)

¹⁴ Instrumentum mortuum (N. dos T.)

¹⁵ Instrumentum vivale (N. dos T.)

¹⁶ "Como se tivesse amor no corpo" — *als hoes' es Lieb im Leibe* — citação modificada de Goethe. Fausto. Parte Primeira. "Adega de Auerbach, em Leipzig." (N. da Ed. Alemã.)

¹⁷ Código penal. (N. dos T.)

Ve-se: a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a diferença de grau entre o trabalho do fiandeiro e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo da produção de fios, em outro, o processo da produção de jóias.¹⁸

Estados escravocratas sobre o gollo do México arados construídos como os dos antigos chineses, que lucravam a terra como um porco ou uma toupeira, sem lendá-la nem revotá-la. Ver CAIRNES, J. E. *The Slave Power*. Londres, 1862. p. 46 et seqs. Em seu *Seaboard Slave States* (p. 46-47), conta Olmsted, entre outras coisas: "Mostraram-me aqui instrumentos que, entre nós, nenhuma pessoa razoável importaria a seu trabalhador, a quem pagasse salário. Seu peso exorbitante e sua rusticidade tornam o trabalho executado com ele, na minha opinião, pelo menos, 11% mais difícil do que seria com os instrumentos que nós geralmente usamos. Como me asseguraram, porém, o modo negligente e inepto com que os escravos aparentemente os manuseiam, não permite confiar-lhes, com bom resultado, instrumentos mais leves ou menos toscos; instrumentos como os que nós confiamos aos nossos trabalhadores, e aliás com bom lucro para nós, não durariam um dia num campo de cereais da Virgínia — embora a terra seja mais leve e menos pedregosa que a nossa. Do mesmo modo, quando pergunto por que as fazendas se usam geralmente mules em vez de cavalos, me apresentaram como razão primordial e decisiva a de que os cavalos não suportam o tratamento que continuam e inevitavelmente recebem dos negros. Os cavalos, em pouco tempo, são inutilizados e elevados de luto apasinhados, enquanto as mulas agüentam as bordoadas e a falta ocasional de uma ou duas rações, sem prejuízo físico. Não se resistiam, nem adoececem por descuido ou excesso de trabalho. Mas não preciso ir além da janela do quarto em que estou escrevendo para ver, quase o qualquer hora, o gado ser tratado de modo que levava qualquer fôrma do norte a despedir imediatamente o vaqueiro."

A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled* e *unskilled labour*, baseia-se, em parte, em meras ilusões, ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções tradicionais; em parte, baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite mais que as outras exercer pressão para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os mesmos tipos de trabalho invertem suas posições. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente estagnada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos em geral brutais, que exigem muita força muscular, se tornam geralmente superiores em confronto com trabalhos muito mais delicados, que descendem ao nível de trabalho simples, como, por exemplo, na Inglaterra, o trabalho de um *bricklayer* (pedreiro) ocupa um nível muito mais alto que o de um tecelão de damasco. Por outro lado, o trabalho de um *fusion cutter* (cortador de vidro) figura como trabalho "simples", embora exija muito esforço físico e faça, além disso, muito mal à saúde. De resto, ninguém deve se iludir que o chamado *skilled labour* represente uma proporção quantitativamente significativa do trabalho nacional. Lau-y calcula que na Inglaterra (e País de Gales) a existência de mais de 11 milhões baseia-se em trabalho simples. Depois de descontar 1 milhão de aristocratas e 1,5 milhão de mendigos, vagabundos, criminosos, prostitutas etc. da população de 18 milhões que existia ao publicar-se sua obra, ficam 4,65 milhões para a classe média, inclusive pequenos reinistas, funcionários, escritores, artistas, professores etc. Para chegar a esse 4 2/3 milhões, ele inclui na parte trabalhadora da classe média, além de banqueiros etc., todos os "trabalhadores de fábrica", mais bem remunerados. Também os *hocklayers* não faltam nessa categoria de "trabalhadores potencializados". Restam-lhe então os referidos 11 milhões LAING, S. National

¹⁸ Agricultor. (N. dos T.)

Por outro lado, em todo processo de formação de valor, o trabalho superior sempre tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, uma jornada de trabalho superior a x jornadas de trabalho simples.¹⁹ Evita-se, portanto, uma operação supérflua e simplifica-se a análise, por meio da suposição de que o trabalhador empregado pelo capital executa trabalho social médio simples.

Capital Constante e Capital Variável

Os diferentes fatores do processo de trabalho tomam parte de diferentes modos na formação do valor do produto.

O trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado quantum de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho. Por outro lado, reencontramos os valores dos meios de produção consumidos como partes integrantes do valor do produto, por exemplo, os valores do algodão e do fuso no valor do fio. O valor dos meios de produção conserva-se, portanto, pela sua transferência ao produto. Essa transferência ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto. Esse processo de trabalho é mediada pelo trabalho. Mas como?

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor ao algodão, e outra vez para conservar seu valor anterior, ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto, o fio, o valor do algodão que transforma e do fuso com o qual ele trabalha. Antes, pelo contrário, pelo mero acréscimo de novo valor conserva o valor antigo. Mas como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se, evidentemente, pela dualidade de seu próprio trabalho. No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor.

Como é que todo trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor? Sempre apenas sob a forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo. O fiandeiro só agrega tempo de trabalho, fiando, o tecelão, tecendo, o ferreiro, forjando. Mediante essa forma orientada a um fim, porém, sob a qual agregam trabalho em geral e, por isso, novo valor, mediante o fiar, tecer e forjar, os meios de produção algodão e fuso, fio e tear, ferro e bigorna tornam-se elementos constituintes de um produto, de um novo valor de uso.²⁰ A forma antiga de seu valor de uso desaparece, mas só para aparecer sob nova forma de valor de uso. Ao considerar o processo de formação de valor vimos que, na medida em que se consome um valor de

Dietrich etc. Londres, 1844 (p. 49-52 possum I). "A grande classe que, em troca de alimento, nada mais pode dar que trabalho comum, é a grande maioria do povo." (MILL, James. No artigo "Colon". In: *Supplement to the Encyclopædia*, 1831.)

¹⁹ "Quando se fala de trabalho como produto do valor, subentende-se necessariamente determinada espécie de trabalho, e a proporção em que as outras espécies de trabalho estão em relação a ela é fácil de averiguar." (CAZENOVE, J. *Outlines of Polit. Economy*. Londres, 1832, p. 22-23.)

²⁰ "O trabalho gera uma nova criação em lugar de uma aniquilada." (An Essay on the Polit. Econ. of Nations. Londres, 1821, p. 13.)

CPTE

KARL MARX
Mauro Iasi

3º BIMESTRE

[1.] História

(Em relação aos alemães, situados à margem de qualquer pressuposto) somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

(...)

A Ideologia Alemã (1845/46)

Marx e Engels (publicados em 1932)

Programa Monitores

13º Maio-Nep

Não vou ler o
obra de 1 filósofo que
morreu antes!

dos alemães
pq eles filosofam,
filosofam!

princípio da dialética
Marx

As pessoas
precisam
viver, p/ fazer história,
e p/ viver é preciso
coisas materiais.

Essa é o
primeiro
pressuposto
da história.

Penso,
Logo
existo.
(Descartes)

Não é a
percepção que
prova a existência,
engana. É o pensamento que
determina a existência.

Marx estraga mais, diz ao Descartes:
você já comeu Descartes? x.x vc precisou
existir materialmente p/ existir! precisou
comer p/ viver e pensar.

princípio da dialética
do Descartes

são mt. rômicos

M355c Marx, Karl, 1818-1883.

Contribuição à crítica da economia política; tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

(Novas direções)

Bibliografia.

1. Economia I. Título

77-1072

CDD-330

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia política 330

1ª edição brasileira: 1977.

Todos os direitos desta edição reservados à

Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

Rua Conselheiro Ramalho, 330/340

Fones: 35-3373, 34-6643

São Paulo, SP — Brasil

PREFÁCIO

Examinando pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial. Nos três primeiros tópicos estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente. A primeira seção do livro primeiro, que trata do capital, subdivide-se nos seguintes capítulos: 1º a mercadoria; 2º a moeda ou a circulação simples; 3º o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Parto de um conjunto de documentos sob a forma de monografias escritas com longos intervalos para meu próprio esclarecimento, não para impressão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei no passado (1) porque, pensando bem, parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral. Por outro lado, incluí algumas indicações sobre a sequência dos meus próprios estudos da economia política, por me parecerem aqui pertinentes.

O objeto dos meus estudos especializados era a jurisprudência, à qual me dediquei como disciplina complementar da filosofia e da história. Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung (2), encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polêmica oficial que o Sr. von Schaper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a Rheinische Zeitung sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo, forneceram-me

as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nesta época em que o desejo de ir para a frente substituiu frequentemente a competência, fez-se ouvir na Rheinische Zeitung um eco do socialismo e do comunismo francês, ligeiramente contaminado de filosofia. Pronunciei-me contra este trabalho de aprendiz, mas ao mesmo tempo confessei abertamente, numa controuérsia com a Allgemeine Augsburger Zeitung (3), que os estudos que tinha feito até então não me permitiam arriscar qualquer juízo sobre o teor das tendências francesas. Aproveitando a ilusão dos diretores da Rheinische Zeitung, que julgavam poder suspender a sentença de morte proferida contra o jornal, dando-lhe um caráter mais moderado, prefere deixar o cenário público e retirar-me para o meu gabinete de estudo.

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* (4), publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de «sociedade civil»; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. Tinha começado o estudo desta em Paris, continuando-o em Bruxelas, para onde emigrei após uma sentença de expulsão do Sr. Guizot. A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as

relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material — que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa — das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana.

Friedrich Engels, com quem, desde a publicação do seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, tenho mantido por escrito uma constante troca de idéias, chegou por outras vias (confrontar a sua Situação das Classes Operárias na Inglaterra) ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em con-

junto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes in-octavo, estava há muito no editor na Vestfália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas idéias. Dos vários trabalhos dispersos desta época em que apresentamos as nossas opiniões sobre os diversos assuntos, mencionarei apenas o Manifesto do Partido Comunista, redigido em colaboração com Engels, e o Discurso sobre o Livre-Câmbio, publicado por mim. Os pontos decisivos das nossas concepções foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polêmica, no meu texto contra Proudhon, publicado em 1847: Miséria da Filosofia, etc. A impressão de uma dissertação sobre o Trabalho assalariado, escrita em alemão e reunindo as conferências sobre este tema que proferi na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro a que se seguiu a minha expulsão da Bélgica.

A publicação da Neue Rheinische Zeitung (8) em 1848-1849 e os acontecimentos posteriores, interromperam os meus estudos econômicos, que só pude retomar em 1850, em Londres. A prodigiosa documentação sobre a história da economia política reunida no Museu Britânico, o posto favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa e, por último, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro californiano e australiano, decidiram-me a recomençar e a estudar a fundo, com espírito crítico, os novos materiais. Estes estudos conduziram-me a disciplinas que pareciam distanciar-me do meu propósito e nas quais tive que me fixar mais ou menos tempo. Mas o que limitou o tempo de que dispunha foi principalmente a imperiosa necessidade de fazer um trabalho remunerado. Uma colaboração de há oito anos a esta parte no New York Tribune, o primeiro jornal anglo-americano, provocou, na medida em que só excepcionalmente me ocupo do jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão dos meus estudos. Entretanto, os artigos sobre os acontecimentos econômicos de relevo na Inglaterra e no continente formavam uma parte tão considerável das minhas colaborações, que fui levado a

familiarizar-me com os pormenores práticos que não são do domínio da ciência pura da economia política.

Com este esboço da evolução dos meus estudos no terreno da economia política, quis apenas mostrar que as minhas opiniões, seja qual for o julgamento que mereçam, e por muito pouco que concordem com os preconceitos interessados das classes dirigentes, são o resultado de longas e conscienciosas pesquisas. Mas, no limiar da ciência, como à entrada do inferno, esta obrigação se impõe:

*Qui se convien lasciare ogni sospetto
Ogni viltà convien che qui sia morta (9).*
Londres, janeiro de 1859.

KARL MARX

Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política"

(...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas condições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagonica do processo social de produção; antagonica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provem das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana. (...)

Marx e Engels (1859)

Carta de Engels a Block

(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participaram, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestima-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau.

Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo. (...)

Além disso, tomo a liberdade de pedir-lhe que estude esta teoria nas fontes originais e não em obras de segunda mão – fica, na verdade, muito mais fácil. Marx dificilmente escreveu um único trabalho em que esta teoria não desempenhasse seu papel. (...)

Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. Tão logo, porém, se devia analisar uma época histórica – e, portanto, aplicar esse princípio, na prática – as coisas mudavam e desaparecia a possibilidade de erro. Infelizmente, acontece com muita frequência que se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e que se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado – e nem sempre de maneira exata – suas teses fundamentais. Não se acham isentos dessa censura muitos novos “marxistas”, e assim se explicam certas coisas espantosas que surgem por aí (...)

Londres, setembro 1890

Programa Monitores 13^{de} Maio-Nep

As características do movimento dialético da matéria

1) O princípio materialista trata da relação de determinação, a dialética é a essência do método, trata do movimento, da lógica sobre a qual o pensamento se estrutura para buscar compreender um fenômeno. O que interessa é captar o movimento: *era, é... e tende a ser*. Analisar objetivamente este movimento, suas passagens, como uma forma foi superada por outra que já anuncia a nova que virá de seu desenvolvimento. Importante desta análise objetiva é que a dialética não deve ser imposta ao fenômeno, *não é o pensador dialético que torna o fenômeno dialético*, devemos buscar como o movimento próprio da coisa estudada evidencia a dialética.

2) Toda forma traz em si mesma uma contradição, é uma **União de Contrários**. Esta contradição, ou sistema de contradições, amadurecem dentro desta forma até que o conflito entre os pólos da contradição não possa mais ser resolvido dentro dela. A contradição interna destrói a forma antiga e gera uma nova.

3) A nova forma não elimina a contradição, gera uma nova. Tudo que nasce já traz em si o germe de sua própria superação. Por isso nada é eterno, só o movimento, tudo que nasce tende a desaparecer. O novo já traz em si o novíssimo, o "é", já traz o "tende a ser".

4) As contradições não são absolutas. Dois pólos que se opõem contrários estão também numa relação de identidade. Um aspecto é o tempo também o outro (causa/efeito, ação/reação, alto/baixo, qual qualidade, etc) Por este motivo num determinado ponto do processo *ela pode transformar-se no seu contrário*.

5) A forma como se resolve uma contradição, destruindo uma velha e gerando uma nova, não é boa nem má, mas sim *necessária*. Com a contradição era composta e como esta contradição se desenvolveu naturalmente até a superação evidenciada, deve ser vista além de juízos válidos. Mesmo porque *aquilo que possibilitou o movimento pode vir a parar*.

6) O amadurecimento interno da contradição se dá progressivamente mas se resolve por uma ruptura, *um salto de qualidade*. A contradição na silenciosa e imperceptível e aflora abrupta numa quebra de continuidade.

7) Todo movimento, sucessão de formas, evidencia uma dupla: *uma negação da negação*. A primeira forma é negada pela segunda negada pela terceira gerando assim a aparente volta a primeira. Nada retorna ao que era. A terceira forma reapresenta traços da primeira traz em si também traços da segunda forma superada, já não é mais nem outra. O novo traz traços do velho, o velho já anuncia elementos. A impressão de circularidade é apenas aparente, pois a última forma reapresenta a primeira num patamar "superior". O movimento não é mas em espiral.

W.Reich Materialismo dialético e psicanálise

Programa Monitores 13ª Maio-Nep